Contract no: 624-0021-C-00-3080-00
Project no: PIO/T 657-0021-3-20015
Contractor: LABAT-ANDERSON Incorporated
USAID Project Office: USAID/Bissau

TIPS
A USAID Project
Trade and Investment Promotion Support Project
"Apoio de Promoção do Comércio e Investimento"

2200 Clarendon Boulevard
Suite 900
Arlington, Virginia 22201
USA
Tel: (703) 525-9400
Fax: (703) 525-7975

Rua Vigário Tenório, n°194
Sala 301 CEP 50.030
Recife, PE
Brasil
Tel: (55) (81) 224-2863
Fax: (55) (81) 224-4654

Rua Vitorino Costa
Bissau
Guiné-Bissau
Tel: 245-20-1104
20-1890/2
Fax: 245-20-1185

PN-ABZ-824

A PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO NA GUINE-BISSAU

RELATORIO DA MESA REDONDA

CARLOS ATAIDE GARCIA

MARÇO 1994
GUINEA-BISSAU

TIPS REPORT No.43 (B) P

WP I TC 1B 1-g

Approved by TIPS
March 28, 1996

Submitted to USAID
April 11, 1996

PROJECTO DE PROMOÇÃO E APOIO AO COMÉRCIO E INVESTIMENTO
(TIPS)

MESA REDONDA SOBRE:

"A Promoção do Investimento Privado na Guiné-Bissau"

(Bissau, 16 de Março de 1995)

As opiniões deste trabalho são da inteira responsabilidade dos intervenientes e não necessáriamente do TIPS ou da USAID

INDICE

Página

I - Sumário Executivo....3

A. Introdução....3

B. Conclusões e Recomendações....5

II - Extracto da Acta....11

A.1 - Intervenção do Sector Privado....14

Sr. Manuel Santos....14

Sr. Vasco Mota Carmo....17

Sr. Wilson Cruz....19

A.2 - Debate das intervenções do Sector Privado....22

B.1 - Intervenção do Sector Financeiro....27

Sr. Aguinaldo Embaló....27

Sr. Cesar Neto....30

B.2 - Debate das intervenções do Sector Financeiro....32

C.1 - Intervenção do Sector Público....37

Sr. Paulo Gomis....37

Sr. Simão Mendes....39

Sr. Souleimane Djaló....41

Sr. Ernesto Dabó....41

C.2 - Debate das intervenções do Sector Público....43

Lista dos participantes....53

I - SUMÁRIO EXECUTIVO

A - Introdução

Teve lugar no dia 16 de Março de 1995, no auditório do TIPS, em Bissau uma mesa redonda sobre "*a promoção do investimento privado na Guiné-Bissau*".

Participaram activiamente mais de 40 individualidades da Administração Pública, das Instituições Financeiras e do Sector Privado.

O evento, promovido pelo TIPS, teve como finalidade proporcionar um forum de diálogo aberto e franco entre as entidades presentes, no sentido de se equacionar os principais problemas que se colocam hoje em dia ao investidor, e que só duma forma conjugada e participativa podem ser solucionados.

A mesa redonda foi organizada de forma a que as individualidades dos três sectores atrás referidos, pudessem expôr as suas preocupações e após um debate aberto e franco pudessem ser apresentadas recomendações com vista a criação de um clima propício ao investimento privado na Guiné-Bissau. As intervenções de cada sector teve um Coordenador, que foram para o Sector Privado o Sr. Manuel Santos, Presidente do Conselho de Administração dos Armazens do Povo, para o Sector Financeiro o Sr. Aguinaldo Embaló, Administrador do Banco Central e, para a Administração Pública o Sr. Paulo Gomis, Director dos Estudos Económicos e Responsável pelo Programa de Investimento Público.

Para abrir a sessão de trabalhos o Sr. Emb. John Blacken Coordenador Nacional do TIPS, apresentou as boas vindas aos participantes a mesa redonda, frisando a necessidade de se encontrarem medidas concretas que possam servir para atrair e apoiar institucionalmente o investimento e a exportação. Seguidamente foi apresentado os objectivos da mesa redonda, pelo Consultor do TIPS, Sr. Carlos Garcia, que começou por listar uma série de questões impeditivas ao investimento, aliás já constatadas em anteriores estudos e reuniões, questões essas que dependem mais da concertação e vontade das partes, do que de grandes recursos e meios financeiros.

A realização desta mesa redonda, foi extremamente útil na medida em que lançou um diálogo bastante aberto e franco entre os parceiros que intervêm na área do investimento e do desenvolvimento do país, ou seja o Sector Privado, a Banca e a Administração Pública;

Igualmente, a mesa redonda caracterizou-se por ser uma nova etapa na procura de soluções para o desenvolvimento do sector privado. Nova etapa porque dos anos 91 à data presente, foi um período que se caracterizou ***como o de inventariar questões*** e o período que se iniciou com esta mesa redonda ***como o de encontrar e implementar***

soluções, e nesta mesa redonda foram avançadas propostas de medidas concretas e práticas para se poder solucionar as grandes questões que tem sido levantadas até aqui.

Os participantes foram unânimes em aplaudir os trabalhos da mesa redonda que consideram diferente dos outros foruns de diálogo que até aqui prevaleceu em que o Estado e o Sector Privado quase que entravam em situação de confrontação e de disputa de interesses. Nesta mesa redonda, o princípio do diálogo orientou-se pela procura de soluções dos problemas que a todos preocupa.

Nesse sentido, foi sugerido que a atração do investimento estrangeiro deveria ser parte da estratégia de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Isto porque a assistência ao desenvolvimento dado pelos países estrangeiros parece estabilizar-se podendo mesmo vir a diminuir. Em segundo lugar porque é insuficiente a poupança interna ou a acumulação de capital disponível para o investimento em novas empresas ou para a expansão das empresas existentes. Por isso, a fonte potencial mais promissóra para a expansão das empresas existentes ou para o arranque de novas empresas são os investidores estrangeiros.

Existe, contudo, muita competição para a atração do capital por esse mundo fora. Muitas pessoas com capital para investir hesitam em investir fora dos seus países, mesmo considerando que taxa de rentabilidade dos investimentos domésticos não sejam elevados. A razão é porque o investidor tem a percepção de que o investimento no exterior acarreta mais riscos. Por outro lado muitos países do terceiro mundo competem entre si para atrair investimento em capital. Capital tende a correr para investimentos nos países onde sejam mais bemvindos e a geração de lucros é possível.

A terceira etapa para um país que queira atrair investimento estrangeiro é o de criar um clima que seja atractivo ao investimento - estrangeiro ou doméstico. Isto é um clima em que o potencial investidor se sinta razoavelmente seguro em aplicar com risco as suas poupanças. Um dos primeiros passos para a criação de um clima propício ao investimento é compreender as realidades que um potencial investidor toma em conta.

Quais são as realidades e as questões que um potencial investidor tomará em conta antes de investir na Guiné-Bissau?

1. O pequeno tamanho do país e do mercado interno pressupõe que o investidor potencial estará a pensar mais em investir em empresas que tenha potencial em exportar produtos para os mercados externos em complemento com o mercado interno. O potencial maior no futuro próximo são os países vizinhos da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental). Por isso, é do interesse da Guiné-Bissau desenvolver no máximo as potencialidades no sentido de se tornar um centro regional de negócios.

2. O facto dos investimentos serem direccionados para a exportação significa que os potenciais investidores serão obstruidos pelas taxas à exportação. Muitos países que dependem da exportação para o seu crescimento económico, dão incentivos aos investidores nacionais e estrangeiros que se dedicam a produção para exportação.

3. Qual a estrutura completa dos impostos? Será que a quantidade das diferentes taxas é demasiado para se suportar e ainda permitir a obtenção de lucro?

4. A mão de obra é bem formada? Se não for o caso, o investidor deve planear em investir na formação e/ou trazer trabalhadores qualificados do exterior.

5. Os bens de capital para o arranque da empresa podem ser importados com isenção de taxas, ou pelo menos a taxa reduzida?

6. Qual o custo da energia (electricidade ou combustível) necessário ao funcionamento da empresa?

7. Outra questão diz respeito aos procedimentos burocráticos necessários a criação, registo e licenciamento dum negócio. Se os procedimentos forem complexos e complicados, o potencial investidor pode decidir que não vale a pena perder o seu tempo.

Outras questões e considerações poderiam ser acrescentadas a lista acima. O factor importante, contudo, é que o tomadores de decisão devem reter em mente as questões acima mencionadas quando tiverem que decidir sobre as taxas, impostos, descentralização, procedimentos e controles etc., com impacto directo no clima do investimento.

B - Conclusões e Recomendações

Os participantes consideram que existem oportunidades de investimento na Guiné-Bissau, nomeadamente nas áreas da agricultura, da agro-indústria, das pescas, do turismo e na das pequenas indústrias do fabrico do sabão, sapatos e embalagens. Consideram no entanto que faltam ainda criar condições mais atractivas quer para o investidor nacional quer para o estrangeiro. Reconhecem que o país precisa promover melhor as suas potencialidades, precisa mudar a sua imagem, no sentido de deixar de ser um país de um milhão de habitantes para ser um país plenamente inserido na CEDEAO.

Reconhecem que a economia e a produção são os sectores chaves de todas as operações do Estado isso porque sem produção, via impostos o estado não terá dinheiro para aplicar nos sectores sociais. Por isso é que recomendam que o estado ajude a expandir

o sector privado e a economia com a finalidade de através dos impostos se aumentar os rendimentos do Estado.

PROCESSO BUROCRÁTICO

Os participantes foram unânimes em reconhecer que na Guiné-Bissau, um potencial investidor enfrenta os obstáculos impostos por uma pesada máquina burocrática, onde o processo burocrático é extremamente moroso, onde há lentidão na execução dos serviços; onde o desaparecimento da documentação nos departamentos estatais é frequente; onde o absentismo dos funcionários é uma prática normal; e onde a falta de formação para o desempenho das funções é preocupante. Para além do acima exposto existe ainda uma indefinição de poderes e hierarquias levando a que alguns departamentos se julguem no direito muitas vezes de contestar as decisões superiores.

Consideram que o facto do processo burocrático ser pesado, moroso e estar disperso por vários centros de decisão, nem sempre concisos entre si, pode ser impeditivo a concretização do investimento, ou mesmo a sua intenção, pelo que urge ser revisto.

Recomendam que o investidor tenha um único interlocutor que lhe dê apoio necessário, papel atribuído ao GAI (Gabinete de Apoio ao Investimento).

CÓDIGO DE INVESTIMENTO

Os participantes consideram que o actual ***Código de investimento*** da Guiné-Bissau, é adequado à promoção do investimento privado, acham que o que falta é a sua regulamentação e implementação.

EXPORTAÇÃO

Os participantes consideram que dado a pequena dimensão do mercado interno o investidor poderá ser obrigado a ter de exportar para poder rentabilizar o seu investimento. Assim sendo reconhecem que há necessidade de se promover a exportação em paralelo com a promoção do investimento. Consideram no entanto que o Estado ainda não poderá subsidiar as exportações como acontece noutros países.

Recomendam por isso que a promoção da exportação passe pela remoção das taxas à exportação, e pela concertação de taxas a aplicar sobre os produtos importados entre os países da sub-região (CEDEAO).

REFORMA FISCAL

Os participantes reconheceram que há necessidade de se alargar a base de tributação de forma a abranger também o sector informal da economia. Pois reconhecem que sem esse alargamento poderia haver distorção das regras de jogo de uma economia de mercado o que poderá pôr em perigo o desenvolvimento do sector privado e o tesouro do estado, pondo em perigo, em última instância, o próprio desenvolvimento do país.

Consideram que havendo um alargamento da base tributaria, isso poderia permitir ao Estado através de uma política fiscal coerente contribuir para a atracção do investimento, investimento esse que poderia gerar rendimento tributável e quanto mais rendimento tributável houver menores taxas de impostos se poderá ter a nível interno, por isso recomendam que o Estado proceda a uma reforma fiscal no sentido de simplificar e alargar a base tributaria.

SISTEMA DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

Os participantes reconhecem que o actual sistema de intermediação financeira é pequeno, visto só existirem dois bancos comerciais na praça, com restrições bastante grande em termos de capital.

Consideram que o sistema de intermediação financeira se resume portanto no crédito de curto prazo sem incidências no investimento ou com incidências negativas uma vez que muitas vezes os Operadores Económicos com vontade de investir vão buscar dinheiro de Curto Prazo e investem em actividades de Médio e Longo Prazo, o que acarreta sérios prejuízos quer ao investidor por gerar crises de tesouraria na própria empresa e acabar por provocar afundamento do investimento realizado, quer a própria instituição que concede crédito por impossibilita-la de conceder novos créditos e por criar também na instituição problemas de tesouraria.

Consideram que a única defesa que um operador económico tem contra a instabilidade cambial e monetária é a possibilidade de ter divisas, mas que porém os operadores nacionais não são autorizados a ter contas em divisas, mas pela lei vigente podem ter a quantidade de divisas que quiserem em casa. Pensam que a proibição de se ter conta em divisas faz com que, o operador perca, o banco perca e perca também o estado, e aumente a apetência dos operadores em terem dinheiro nos bancos fora do país.

CRÉDITO AO INVESTIMENTO

Os participantes reconheceram a não existência no país do crédito ao investimento e consideram que é preciso atacar duramente o problema de financiamento do sector privado pois pensam que há possibilidades para isso, o que tem faltado são iniciativas.

Reconhecem que há muitos recursos disponíveis para o país que não estão sendo usados e que com uma melhor gestão dos recursos do país se poderiam gerar poupanças para serem canalizados para os sectores chaves

Consideram que o Estado pode gerar fundos para investimento fazendo regressar a determinados sectores parte dos rendimentos gerados nesses sectores. São exemplo desses sectores, o Sector das Pescas que gera cerca de 15 milhões de dólares ano em que pelo menos um milhão e meio poderia regressar de novo ao sector e também para o sector do caju seria possível fazer-se um retorno de cerca de 500 mil dólares, para criar um sistema de créditos para os referidos sectores o que faltaria seria um mecanismo para gerir esses créditos.

Consideram ainda que o Estado tem o papel de manter a estabilidade económica no país e de atrair recursos externos para o pais, já que a poupança interna é fraca e uma vez que o estado é a entidade com maior capacidade para atrair recursos externos e canaliza-los para o sector privado.

Recomendam a criação de fundos de desenvolvimento, e a canalização dos apoios financeiros dos doadores para o investimento no sector privado.

AMBIENTE LEGAL

Os participantes foram unânimes em reconhecer que as leis da Guiné-Bissau precisam duma modernização substancial para poder-se atrair o investidor estrangeiro, e que é preciso que o país disponha dum sistema de leis apropriados e que seja estimulante ao desenvolvimento..

Reconheceram que o sector privado e o investimento só poderão se desenvolver se se poder garantir um ambiente legal à actividade económica e que tal só se poderá conseguir através de tribunais funcionais, sistema judiciário rápido e que sejam capazes de resolver os litígios de caracter económico financeiro. Caso dos créditos por recuperar que os bancos consideram como sendo um estrangulamento ao desenvolvimento do país.

QUADRO LEGAL LABORAL

Foi reconhecida que o actual quadro legal laboral, que defende muito o trabalhador pode desencorajar os investidores e não se enquadrar por isso na nova orientação de economia de mercado, em que o sector privado é chamado cada vez mais a intervir na economia e a criar postos de trabalho.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Os participantes reconheceram que na Guiné-Bissau não existe uma política de emprego e de formação profissional, e que não dispondo de quadros minimamente qualificados, o país dificilmente poderá incentivar o investimento estrangeiro.

Foi reconhecido igualmente um desajuste na oferta de formação profissional e nas necessidades do país.

Consideram que deve haver uma maior coordenação entre a Direcção Geral do Trabalho e as empresas para a melhor formação dos trabalhadores.

INVESTIMENTO PÚBLICO

Os participantes apelaram duma forma geral para que as políticas de investimento público, desenvolvimento geral ou sectorial, como o da energia, tenha em conta a importância do sector privado produtivo no crescimento da economia do país e na sua contribuição futura para as receitas do Estado.

Recomendam que o Estado implemente investimentos que permita ao sector privado de se instalar, pelo que o Estado deve estudar com os parceiros do sector privado quais os investimentos que irão permitir a expansão do sector privado.

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Para a atracção e apoio do investimento estrangeiro, os participantes reconhecem que não chega criar sistemas de apoio, há que dota-los com meios humanos e financeiros para os seus funcionamento. Reconhecem por outro lado que o facto de existir muita horizontalidade no relacionamento entre os diversos intervenientes no apoio ao sector privado faz com que haja uma duplicação de esforços, dispersão de intervenção, pouca racionalidade na utilização dos recursos para a solução dos problemas.

Reconhecem no entanto que o governo não é insensível a essa preocupação, pois o documento quadro de política económica e financeira a médio prazo de 94/97 anuncia a intenção de se criar um sistema coordenado em que o investidor através de uma só porta "one stop system" tem acesso a solução dos vários problemas que neste momento é obrigado a percorrer quase todo o país para conseguir uma solução que as vezes não justifica um percurso tão grande. Recomendam a adopção dessa intenção.

Os participantes recomendam que a atracção do investimento estrangeiro seja parte da estratégia de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Isto porque a assistência ao desenvolvimento dado pelos países estrangeiros parece estabilizar-se podendo mesmo

vir a diminuir. Em segundo lugar porque é insuficiente a poupança interna ou a acumulação de capital disponível para o investimento em novas empresas ou para a expansão das empresas existentes. Por isso, a fonte potencial mais promissória para a expansão das empresas existentes ou para o arranque de novas empresas são os investidores estrangeiros.

Reconhecem no entanto que a Guiné Bissau, infelizmente não é um destino imediato para os investimentos, potencialmente não é um país com recursos que podem atrair a vinda de investimento estrangeiro, pelo que recomendam a criação de condições para que os investidores estrangeiros encontrem a maior parte das forças que lhes interessa e não encontrem tantas fraquezas se se pretende atrair o investimento estrangeiro.

Bissau, 16 de Março de 1995

II - EXTRACTO DA ACTA

O programa de trabalho da mesa redonda no auditório do TIPS, realizado no dia 16 de Março de 1995, baseou-se em intervenções de técnicos ligados aos seguintes sectores:

- **sector privado** que teve como **coordenador** o **Sr. Manuel Santos**, Presidente do Conselho de Administração dos Armazéns do Povo;

- **sector financeiro** teve como **coordenador** o **Sr. Aguinaldo Embaló**, Administrador do Banco Central e;

- o **sector público**, como **coordenador** o **Sr. Paulo Gomis**, Director de Estudos Económicos e Responsável pelo PIP (Programa de Investimento Público) no Ministério do Plano e Cooperação Internacional.

A mesa redonda foi organizada de forma a que as individualidades dos três sectores atrás referidos pudessem expor na óptica do sector as preocupações que se põem e **após um debate aberto e franco, pudessem ser apresentadas recomendações com vista a criação de um clima propício ao investimento privado na Guiné-Bissau**.

Antes de se iniciarem os trabalhos, foi feito um inquérito de opinião sobre o que os presentes entendem por economia de mercado e qual deveria ser a intervenção do Estado na economia.

Para abrir a sessão, o Senhor Embaixador John Blacken, coordenador do TIPS, referiu-se à importância da mesa redonda e frisou a necessidade de aqui saírem **recomendações e medidas de curto prazo que possam atrair e apoiar institucionalmente o investimento**. Exortou a importância do desenvolvimento da economia através de um crescimento descentralizado e guiado pelas leis e forças do mercado, em que se deveria definir um papel apropriado para o Estado e para o Sector Privado. Achou porém que para que isso aconteça, as instituições de apoio deveriam ser mais eficientes e de ágil capacidade de resposta. Pensa que o Estado ainda retém atribuições que na actual conjuntura já não se justificam, enquanto que outras atribuições que apenas o sector público pode realizar como por exemplo o apoio à economia e ao desenvolvimento da agricultura não estão sendo bem executadas. **Na moderna visão económica, o governo deve gerir menos mas gerir melhor, retirando-se de áreas atendidas ou que possam ser melhor atendidas pelo sector**

privado e reforçando o seu desempenho nas áreas onde a contribuição do governo é vital, nomeadamente sectores sociais.

Ainda na sua intervenção, e em relação ao quadro macro económico, realçou a necessidade de se reduzir ainda mais o investimento público, e de se aumentar e alargar a base dos impostos e de se reduzir os impostos sobre a produção e sobre a exportação que ainda constituem constrangimentos ao desenvolvimento da economia. **Disse haver necessidade de se concentrar nas questões do país**, o que se pode fazer em concertação entre o sector público e privado **para atrair os potenciais investidores em vez de os assustar e desencorajar a investirem no país**.

Em seguida, o Sr Carlos Garcia, Consultor do TIPS, usou da palavra para explicar brevemente o programa de trabalho e falar da importância desta mesa redonda no actual contexto económico e financeiro que o país está a atravessar, sobretudo porque **tem-se vindo a assistir a nível internacional a um aumento de competição para atrair o investimento necessário para fazer face ao crescimento económico e a criação de postos de trabalho**. Pergunta **o que se pode fazer melhor na Guiné-Bissau para atrair o investimento**, um dos objectivos desta mesa redonda, que será não apenas para reflexão de questões de fundo, mas reflexão sobre as questões cujas **soluções** são **de curto prazo e estão ao alcance do país, dependendo mais da vontade de todos do que de grande recursos financeiros**. O Sr. Garcia colocou algumas questões para reflexão para as quais se deveriam encontrar e implementar soluções e recomendações.

A pergunta base foi se haveria ou não oportunidades para investimento nacional e/ou estrangeiro na Guiné-Bissau, uma vez que sem oportunidades de investimento não há investimento. Mas havendo oportunidades, será que o que falta são investidores interessados? Ou será que ainda é dado pouca prioridade pela Administração Pública e pelo Estado ao investimento privado, ou será que a questão fundamental é a inexistência de recursos financeiros, ou então será a legislação desactualizada e não regulamentada? Por exemplo será o actual código de investimento suficiente? Nesse caso, será que ainda faltam planos sócio-económicos e de impacto nos sectores prioritários a nível nacional e a nível das regiões, ou serão os circuitos demasiadamente burocráticos ou demasiadamente pesados e morosos dos processos de licenciamentos e de obtenção de outras autorizações necessárias ao investimento? Haverá falta de enquadramento e de formação do pessoal que assiste o investidor, ou haverá falta de apoio em geral ao investimento? Será o sistema fiscal inadequado, e haverá falta de

incentivos ao investimento produtivo e a exportação? Haverá necessidade de se rever o quadro legal das privatizações, será que a legislação laboral da formação de mão-de-obra e a segurança social atractiva ao investimento? Será que as infraestruturas são adequadas e propícias ao investimento? Será necessário rever o sistema financeiro e eventualmente pensar em sociedades de investimento? Interrogou ainda sobre o papel a desempenhar pelo GAI e outras organizações com vocação para o apoio e promoção do investimento e sobre a forma e funções de atendimento ao investidor que deveriam ser asseguradas, devendo no entanto esse atendimento ser diferenciado entre as micros, pequenas e médias empresas, e sem prejuízo da intervenção específica de cada sector da economia.

A.1 - Intervenção do Sector Privado

Seguidamente, passou-se a palavra ao Sr. Manuel Santos para falar da problemática do investimento na óptica do sector privado. Começou por referir ao facto do crescimento e a expansão da economia vir a depender da capacidade de investimento no sector produtivo e no sector dos serviços. No entanto apontou alguns problemas que se prendem com a disponibilidade de recursos e a sua gestão de forma eficaz, com aquilo que chamou de "legal environment" e, com o papel do estado no cumprimento do programa de ajustamento estrutural para a estabilidade da economia. Falou da necessidade de haver incentivos ao investimento, uma vez que existem oportunidades de investimento. Referiu-se ainda a fraca capacidade dos empresários e das organizações empresariais existentes.

Falando do investimento público, disse que **o que o sector privado espera do investimento público é o estado criar infraestruturas, investir na educação e na formação, investir num melhor e mais eficaz sistema de intermediação financeira e contribuir para a criação de um sistema judiciário moderno com leis modernas que possam reger a economia, e na criação de um sistema judicial rápido e que dê garantias ao operador económico na defesa dos seus interesses**.

Reconheceu que o Estado construiu muita infraestrutura (transporte, telecomunicações, portos, etc.) estando inclusive essa infraestrutura a frente do desenvolvimento das áreas produtiva e de serviços.

Sobre o problema dos recursos, **disse que** como é sabido, **o país é pobre, o tecido económico é frágil, o rendimento per capita é baixo, o recurso interno é fraco. A poupança é débil** devido a estratégia pós independência que era de completa estatização da economia. O investimento público no sector produtivo não gerou recursos, e só com a nova orientação da economia de alguns anos a esta data é que o operador económico teve a capacidade de criar lucros e poupança. Porém, **factores como a instabilidade monetária e fraqueza do próprio sector na área do investimento impediram a geração da poupança.** Referiu-se ainda a mentalidade ora existente do operador económico ser visto como um marginal que gosta de andar na ilegalidade. Acha que essa mentalidade deve ser mudada a curto prazo pois pensa que o Operador Económico, deve ter lucro suficiente para gerar poupança e permitir o Operador viver.

Em relação a gestão dos recursos disponíveis e os que o estado pode captar e canalizar para o sector privado, disse que **o actual sistema de intermediação financeira é pequeno**, só existem dois bancos comerciais na praça, **com restrições bastante grande em termos de utilização de capital**, existe uma empresa seguradora que não contribui no domínio financeiro. Os dois bancos existentes quase que actuam exclusivamente na área do crédito de curto prazo ou seja no crédito comercial. **O nosso sistema de intermediação financeira resume-se portanto no crédito de curto prazo sem incidências no investimento ou com incidências negativas uma vez que muitas vezes os Operadores Económicos com vontade em investir vão buscar dinheiro de Curto Prazo e investem em actividades de Médio e Longo Prazo**, e depois não podem reembolsar. Esse tipo de investimento gera crises de tesouraria na própria empresa e acaba por provocar afundamento do investimento realizado por falta de operacionalidade.

Quanto a questão do ambiente legal, acha que **as leis da Guiné-Bissau precisam duma modernização substancial para atrair o investidor**. Pois **as leis laborais são inadequadas e inibidoras do investimento**. É altura do Estado começar a olhar para as leis de caracter social e laboral, que outrora eram boas mas hoje são contrárias ao esforço de investimento que se deve levar a cabo.

Disse que ainda hoje o **Estado, com a burocracia pesada que tem, continua a constituir um entrave ao investimento**. pois quando se pretende investir, encontram-se dificuldade de todas as ordens. **Há necessidade de se aligeirar e simplificar os procedimentos para a obtenção de licenças e outras autorizações.** Que o Estado deve abandonar certos controles que ainda existem, pois segundo ele estamos a atravessar um período de regressão da intervenção do estado na economia. Reconhece que o Estado deve ter um papel importante a desempenhar. mas a sua intervenção na gestão da economia deve ainda ser reduzida substancialmente. Pensa por exemplo que **o Estado ainda tem papel em manter estabilidade económica no pais e trazer recursos externos para o pais, já que a poupança interna é fraca, uma vez que o estado é a entidade com maior capacidade para atrair recursos externos e canaliza-los para o sector privado** e por isso tem papel importante nessa óptica. Por isso o estado deveria ver como participar ainda no investimento, nomeadamente através de introdução de capitais de risco.

O papel do Estado vai ainda no sentido da determinação e prática dos incentivos a dar ao investimento, uma vez que o investidor por utilizar a sua poupança ou as poupanças que vai buscar nas instituições de crédito está a correr riscos que devem redundar em princípio no crescimento da economia, por isso pensa que essas iniciativas devem ser incentivados. Mencionou os incentivos fiscais do GAI, mas pensa que devem existir outros incentivos nomeadamente concessões de terreno, melhoria de infraestruturas, incentivos a exportação, ao emprego, e cooperar na criação de infraestruturas.

Um outro domínio onde pensa que o Estado pode e deve dar incentivos é na política fiscal, e no regime dos impostos directos e indirectos que se praticam.
Acha que a crescente informalização da economia, leva a que muitos meios e volume de negócios vá parar ao sector informal, sector esse que não paga imposto, donde a tentação de qualquer Estado de ir buscar imposto aqueles que pagam aumenta portanto a carga fiscal do sector formal e com a agravante do sector informal dificilmente investir e portanto o sector informal gerar poupança e recursos que são utilizados no comércio, no sector dos serviços e na especulação. Por isso pensa que o Estado deve tomar medidas de caracter económico e financeiro, no sentido dar competitividade ao sector formal, retirando ao sector informal parte da sua área de actuação, pois pensa que a partir de um determinado grau a informalização da economia só é prejudicial ao progresso da economia e pensa que esse grau já foi ultrapassado na Guiné-Bissau.

Por outro lado, realça o grande problema que o Estado poderá ou não resolver que é o problema da energia que o país enfrenta. Segundo ele a energia é cara e rara o que pode fazer com que muitos investimentos venham a perecer, caso não se resolva quanto antes o problema energético.

Referindo-se a capacidade de gestão empresarial, pensa que seria exigir muito se julgar que o Sector Privado com apenas 7/8 se transformasse num sector privado eficiente e com gestão eficiente. Pensa porém que o sector privado está a melhorar, apesar de estar ainda muito longe de estar adequadamente organizado.

Em relação aos créditos de médio e longo prazo, aponta para a necessidade de serem bem regulamentados e concedidos de uma forma diferente, caso concreto da modalidade de concessão de crédito ao pequeno agricultor e às actividades artesanais

que devem ser mudadas, a fim de poderem responder as exigências financeiras. Põe-se a questão de se diversificar um pouco a área de investimento, tendo-se verificado que tem havido mais créditos para o sector de serviços, comércio sobretudo, que entretanto já se encontra saturado, pois a montante, não há um sector produtivo que gera riqueza para alimentar esse sector, apesar de ser uma área que gera lucros. Deve ser dado atenção às outras áreas do investimento, nomeadamente agricultura e agro-industrial, apesar de reconhecer que a questão do crédito é inibidora. Pensa que há possibilidades de se investir na área das Pescas, na área do Turismo, na área da Pequena Indústria, sabão, sapatos, embalagens. No entanto, há que se ter em consideração o facto da Guiné Bissau ser um pequeno país onde não se pode pensar na implantação de grandes indústrias, tendo para isso que se pensar na cooperação sul-sul a nível regional como uma alternativa para a conquista de mercado.

Posteriormente, passou-se a palavra ao Sr. Vasco Mota Carmo, sócio da empresa de pesca Praia-Mar para falar desta problemática na óptica de um investidor estrangeiro. Na sua intervenção começou por lamentar a falta de tempo que permita efectuar uma análise profunda do problema do investidor na Guiné-Bissau.

Começou por dizer que qualquer investidor que pretenda dar início a um projecto, conta sempre em obter apoio significativo da parte do governo e conta com uma rápida e eficiente actuação por parte do sector público, com vista a poder ultrapassar rapidamente as formalidades que lhe permita arrancar com o empreendimento. Diz que porém não é o caso na Guiné-Bissau. **Na Guiné-Bissau, um potencial investidor vai ter que enfrentar os obstáculos impostos por uma pesada máquina burocrática,** muito embora se encontre pela legislação vigente que tem diversas lacunas que não lhe permitem actuar com eficiência.

Efectivamente **o processo burocrático é extremamente moroso** mas torna-se necessário ultrapassar as mais diversas e imprevistas situações nomeadamente: a **lentidão na execução dos serviços**; o **desaparecimento da documentação**; o **absentismo dos funcionários**; a **falta de formação para o desempenho das funções**; bem como outras situações que todos nós bem conhecemos.

Para além dessas formalidades, o investidor já na posse das autorizações para proceder a implantação do projecto surgem as chamadas surpresas, ou sejam os **obstáculos impostos por determinados departamentos que se julgam no direito de contestar as**

decisões superiores. Caso das Alfândegas que ignoram as isenções concedidas pelas Finanças, o que podem causar atrasos na execução dos projectos, custos de armazenagem, deterioração dos equipamentos e outros danos com implicações na rentabilidade do projecto. Independentemente disso o investidor pode vir a encontrar-se numa **indefinição de poderes ou hierarquias** que por vezes pode surgir.

Depois de ultrapassado as primeiras barreiras burocráticas e a indústria começar a laborar, o investidor é confrontado com **outros tipos de problemas**. O **primeiro** problema relaciona-se com o **abastecimento da energia** que para além de ser raro como atrás se referiu, o seu custo é a mais cara na tabela da empresa EAGB (Electricidade e Aguas da Guiné-Bissau), o que **obriga a um investimento adicional num gerador** e a um custo de energia que também não é favorável dado o custo do combustível que se pratica. Outro problema tem a ver com a **inexistência de mão-de-obra qualificada**, pelo **absentismo** que se verifica e por uma **lei laboral que não defende minimamente o investidor**. Disse haver necessidade de controlar as ilegalidades e os roubos. Disse haver casos em que os inspectores de trabalho, ao darem maus conselhos aos empregados à luz da lei laboral em vigor, acabam por criar problemas às empresas Tendo citado um caso passado entre a Direcção Geral do Trabalho e a empresa Praia-Mar.

Citou ainda a **descoordenação entre os serviços do Ministério das Finanças** em que as comunicações de isenção ou não são enviadas a tempo, ou não se encontram ou se perdem ou são simplesmente ignoradas.

Citou também a **inexistência do crédito ao investimento** como sendo um factor limitativo ao investimento e ao próprio desenvolvimento do país, já que os bancos só concedem créditos de curto prazo. Disse lamentar a não utilização dos fundos postos à disposição do país para o crédito ao investimento.

Sobre a problemática do apoio à exportação, sector que afecta particularmente os operadores industriais uma vez que embora possam ser isentos de taxas aduaneiras, os **Serviços Alfandegários, cobram elevadas taxas de emolumentos gerais**, para além do **pagamento das deslocações** dos verificadores, guarda fiscal, **horas extraordinárias** etc. Independentemente das Alfândegas, **as Finanças obrigam ao pagamento da selagem das facturas** praticando duas taxas, uma de 3 por 1000 para as empresas comerciais que tem alta rotação do capital com lucros apreciáveis e outra mais elevada

para as empresas industriais donde se verifica existir um **tratamento mais penalizante para o investidor do que para o especulador**. Por outro lado, **existe uma pesada máquina burocrática da parte do Ministério do Comércio para obtenção dos BRPE's**, que teoricamente são concedidos em 24 horas mas que por vezes ultrapassam os dez dias. Isso igualmente se passa **ao nível das Alfândegas** principalmente após a informatização dos serviços das Alfândegas, em que **a morosidade dos processos** passou a ser 3 a 4 vezes maior, o que dá origem a que os despachos não sejam concluídos em tempo e para que as mercadorias possam sair. Devido a questões de transporte **o operador económico é obrigado a pagar uma caução** as Alfândegas para que a exportação da mercadoria possa ser feita e posteriormente o despacho concluído.

Em relação ao pescado, **a exportação custa 9,6% do valor facial da factura** e a maior parte desse dinheiro vai para os emolumentos gerais das Alfândegas. Outra questão tem a ver com os **serviços portuários** em que uma empresa de pesca **ao descarregar** o pescado no porto **paga** a Guiport o trânsito do navio até ao frigorífico e **a saída** a empresa **é obrigada a pagar novamente** à Guiport o trânsito do mesmo peixe.

Em relação aos seguros, diz que os operadores do sector pesqueiro estão em desvantagem, uma vez que **as companhias seguradoras em geral não lhes concedem seguros ou quando o fazem, cobram taxas elevadíssimas** às exportações.

Para terminar, faz uma crítica às finanças públicas, mencionando a dificuldade em identificar as empresas que pagam e as que não pagam os impostos.

Passou-se a palavra ao terceiro interveniente, o Sr. Wilson Cruz, sócio e consultor da Empresa ESIC (Empreendimentos, Sistemas Informáticos e Consultoria) outro orador em nome do sector privado. Começou por dizer que se observássemos a relação entre **o sector produtivo da economia, o sector financeiro e o governo**, verificamos que os três **têm que de uma forma harmonizada contribuir para o crescimento económico**.

Foi nessa perspectiva que fez a abordagem do ambiente económico da Guiné-Bissau analisando como é que esse relacionamento afecta as decisões dos privados em investir para o desenvolvimento e como tomar medidas para ultrapassar as barreiras que eventualmente possam existir.

Disse que para a constituição de uma empresa, o que se precisa, como recurso para o sector produtivo, são: o capital, os recursos humanos, a terra, e a tecnologia de ponta. Fez um quadro para mostrar as forças e as fraquezas em relação a cada um desses recursos na Guiné-Bissau. **Em relação ao capital**, considera uma fraqueza o facto de praticamente não existir ou quando existe o seu custo é muito elevado, pelo que as empresas não têm acesso ao recurso capital para investimento. **Quanto aos recursos humanos**, considerou que representa uma força o facto de haver com abundância, embora de baixa qualidade. E uma fraqueza o facto de haver pouco recurso humano de alta qualidade e o facto do seu custo ser muito elevado pois por vezes tem que se recorrer a sua importação, para se poder entrar em mecanismos de produção de tecnologia para se competir com outros países. **Concernente à terra**, diz que constitui uma força o facto de haver disponibilidade de terra em grande quantidade mas se se tiver que organizar a terra para a produção, o que é preciso em termos de urbanização, infraestruturas etc., a terra passa a existir em menor quantidade e os custos dessa urbanização também são elevados o que constitui uma fraqueza. Quando é para o sector produtivo, para o sector industrial é preciso ter infraestruturas para se poder produzir, porém para a agricultura há terra em bastante quantidade o que constitui uma força, uma potencialidade que se pode tentar ampliar. Há que ver como reduzir as fraquezas ou tirar proveito delas para as melhorar. **Relativamente à tecnologia**, diz que não existe, existe sim uma tecnologia tradicional de baixa qualidade que não pode competir em termos de eficiência com tecnologias internacionais na produção do arroz e outras que é preciso melhorar, mas que não existe tecnologia de ponta, de comunicação, informação, biotecnologia etc.

Esse é o quadro que considera existir a volta do ambiente das empresas e que o investidor quando compara a Guiné-Bissau com outros países compara tendo em conta este quadro de fraquezas e oportunidades para entrar. Se se **pretende atrair os investidores tem que se criar condições para que encontre a maior parte das forças que lhe interessa e não encontre tantas fraquezas**. Considera que para isso o estado e o sector privado devem trabalhar no sentido de se inverter esse quadro.

Que medidas deveriam por isso ser tomadas? Deveriam ser tomadas medidas para aumentar o fluxo de capital, melhorar a qualidade dos recursos humanos, aumentar a disponibilidade de tecnologia de ponta. Deveria-se investir na infraestrutura, embora algo já tenha sido feito nesse sentido como atrás foi dito pelo Sr. Manuel Santos.

Em relação a o que é que pode ser feito para aumentar do fluxo de capital, analisou quais os factores que podem influenciar negativamente essa tendência de aumentar capitais ou de introduzir tecnologia. Baseou a sua análise nos factores que influenciam o fluxo de capitais e fez uma abordagem do ponto de vista da influência da inflação no capital, uma vez que **considerou a inflação como sendo um parâmetro económico que pode influenciar a disponibilidade de capitais**. Disse que como é sabido as empresas podem recorrer a várias fontes de financiamento em que uma delas é o financiamento próprio e outra o financiamento alheio. Como atrás foi dito, a Guiné-Bissau, não tem condições, não tem bancos para dar financiamento às empresas e elas vão ter que recorrer ao financiamento próprio, sendo uma medida da capacidade de financiamento próprio a margem bruta de autofinanciamento das empresas. Ora pode-se provar que **a inflação, por ter influência negativa sobre a margem bruta de autofinanciamento, através das amortizações, faz com que as empresas que investem em imobilizados, se descapitalizem ao longo do tempo**. Demonstrou ter sido esse o fenómeno que se verificou nos últimos anos no país e que está na origem da descapitalização das empresas em geral e das industriais em particular.

Disse porém haver mecanismos financeiros, que, se utilizados podem atenuar essa influência negativa da inflação na capitalização das empresas. Por isso **acha que há necessidade de se combater a inflação no país, reconhece que muito foi feito nos últimos anos mas ainda há mais a fazer e pensa que só com acções concertadas entre o sector público e o privado se pode combater a inflação**. Referiu-se também a taxa efectiva marginal de todos os impostos como sendo outro parâmetro onde se pode actuar através da concessão de uma trégua dos impostos, da inclusão de pagamentos de juros e dívidas nas deduções para efeito de cálculo do rendimento tributável, e do aumento das dotações para as amortizações. É que quanto menor for a taxa efectiva marginal dos impostos, maior é a TIR (Taxa Interna de Rentabilidade) do projecto. E pode-se através de análises mais elaboradas ver que a taxa efectiva marginal dos impostos varia com a taxa de endividamento, ou seja quanto maior for a percentagem do capital alheio na estrutura do capital da empresa, menor é a taxa efectiva marginal dos impostos e portanto maior a taxa de rentabilidade dos projectos.

Daí se poder concluir que **conjugar a inflação e recursos financeiros numa política coerente poderia contribuir para a atracção dos investimentos**.

A.2 - Debate das intervenções do Sector Privado

Após a intervenção desses oradores sobre o sector privado, que teve como coordenador o Sr Manuel Santos, deu-se início aos debates.

O primeiro interveniente foi o Sr. Aguinaldo Embaló que focou os seguintes aspectos:

- diz estar de acordo com o facto de que **o excesso da burocracia existente nos aparelhos de estado constitui o maior problema com que se depara o potencial investidor tanto nacional como os estrangeiro;**

- um outro problema tem a ver com a nível das **taxas que são cobradas nos mais diversos aparelhos do estado** e que **constituem barreiras ao desenvolvimento do sector privado;**

- uma outra questão para o qual chamou a atenção foi para a **necessidade de se decidirem por opções para o qual se está com vontade e convicção de sua implementação**, pergunta até que ponto é que as opções que têm sido implementadas têm sido as opções próprias dos governos ou considerados opções impostas pela comunidade internacional por necessidade de algumas mudanças a nível interno. Por exemplo em relação a insuficiência das leis, disse que das muitas leis que foram feitas aqui no país, muito poucas são as que foram implementadas na íntegra. A lei é feita, e antes de ser implementada, é imediatamente revista. Isso porque se entende que a lei é feita porque o Banco Mundial, ou o Banco Africano de Desenvolvimento se lembram de as recomendar, ou então porque a lei é feita apenas para responder a certas exigências e responder a um certo critério de performance e não para responder as necessidades efectivamente sentidas. Por exemplo o código de investimento e a lei cambial, são leis para as quais não existe nenhuma convicção para as pôr em prática, daí se verificar muita dificuldade em implementa-las. Por exemplo em relação á lei cambial que prevê a liberalização do mercado de câmbios, na prática verifica-se muitas dificuldades na sua implementação. Por isso diz que **é da opinião de que as pessoas não estão mentalizadas ou preparadas para o tipo de economia (economia de mercado) que se diz querermos fazer.** Concorda que de certa forma há uma certa regressão na intervenção do estado na economia, é de opinião porém que é necessário reduzir-se a intervenção do Estado na economia.

Pensa que **há aspectos que podem** ser atacados efectivamente e mencionou **o problema da burocracia e dos impostos** como sendo problemas reais e **o problema da convicção nas leis e nas políticas que engendramos**. Pensa que não adianta fazer-se leis modernas o que é necessário e modernizar as que já existem se necessário pois pensa que as leis que já existem poderiam até já ser suficientes.

O Sr. Morais Santos diz que, na sua opinião existe muita coincidência nas intervenções anteriores, por isso pensa que os **problemas que existem e que constituem entraves ao investimento estão identificados**, com demonstrações prática de como por exemplo a inflação tem efeito negativo no investimento. Então, para se poder dar um passo qualitativo, é preciso que haja uma estabilidade macroeconómica, com incidências sobre a política monetária no que concerne as taxas de cambio e a política fiscal e monetária no que diz respeito à inflação.

Disse que outro aspecto que ficou patente é que **a energia não é só cara e rara, mas também que a política energética está errada**, visto que na Guiné-Bissau as indústrias pagam as mesmas taxas que o consumo doméstico.

Sobre a questão de formação, referiu-se a formação de gestores e contabilistas como sendo uma necessidade aqui no país. Pensa que o Ministério da Educação deve dar prioridade a formação de gestores e contabilistas. e a formação da mão-de-obra especializada que foi focada como sendo um estrangulamento ao investimento, pensa que as escolas com vocação para formar essa mão-de-obra, devem ultrapassar a fase de formação primária e que deveria evoluir no sentido de uma formação mais aprofundada e de longa duração.

Uma outra questão que mereceu a sua chamada de atenção foi a questão de qual a instituição de estado que deveria tratar do problema do investimento já que se trata de um problema disperso e que diz respeito a várias instituições. Deve haver segundo ele uma instituição que centralize esse problema de forma a aborda-lo globalmente e tentar ultrapassar os problemas que já foram identificados.

Como última questão levantou o problema da incompatibilidade sobre quem pode ser operador económico no quadro da administração pública. Acha que em qualquer país do mundo essa questão é importante já que tem havido concorrência desleal e barreiras

nos projectos apresentados e eventualmente até, cópias de projectos apresentados por terceiros, por parte de pessoas da administração pública.

O Sr. Embaixador Blacken usou da palavra começando por agradecer o facto de se ter levantado uma questão importante, ligado a questão da corrupção. Acha que num sistema tem que haver equilíbrios ou seja se os impostos forem muito altos e proibitivos ou se existem obstáculos burocráticos muito difíceis, essa situação muitas vezes é aproveitada pelos funcionários públicos, já que se um empresário se confronta com todos esses obstáculos ele não poderá funcionar, não poderá fazer lucro e o país não poderá tirar benefícios dos seus serviços. São situações como estas que favorecem o aparecimento de corruptores e corruptos porque todos acabam por aceitar a situação como tal e o operador sabe que pagando a metade do que deveria pagar ao estado ele poderá funcionar livremente. As consequências porém são o facto do estado não poder arrecadar nenhuma receita embora os funcionários tirem proveito dessa situação. Chama a atenção para a importância de se racionalizar a colecta dos impostos simplificando e alargando a base dos impostos. Um imposto sobre a exportação é um imposto sobre a produção e portanto um constrangimento à produção. Um sistema que depende de impostos sobre exportação não é bom para o sistema económico em geral e nem para o sector privado. Com esta situação, os únicos que saem ganhando são os que subornam e os que são subornados, sendo esses subornos substitutos dos impostos que deveriam ser pagos ao estado. O sector formal não pode continuar a funcionar assim.

O Sr. Juldé diz que pensa que as questões que aqui foram postas, já foram ditas noutros encontros de alguns anos a esta parte, pensa que agora é altura de se dar um passo em frente o que passa pela tomada de medidas no sentido de sanear definitivamente coisas nefastas ao desenvolvimento do país. E acha que quem de competência para isso deve-o fazer. Pensa que o estado com a liberalização económica não deveria desengajar-se tanto como fez, pois a seu ver isso só deveria acontecer quando a participação do privado promove o desenvolvimento e que quando assim não for não há necessidade de desengajamento do estado.

Quanto ao investimento estrangeiro **pensa que só deve haver incentivos quando houver transferência de capital e tecnologia para o país.** Se o investidor estrangeiro não traz nem capital nem tecnologia não vale a pena. Pede que seja melhorado o sistema bancário no país, a fim de contribuir para o desenvolvimento do país e que o

banco não seja apenas para servir os interesses de algumas pessoas e para a compra de artigos de luxo e não para o desenvolvimento.

Pergunta se o país não tem capacidade de criar um banco de desenvolvimento para apoiar pequenas e médias empresas que queiram processar e valorizar as nossas matérias primas. Aí pergunta o que é o sector informal, pois segundo ele há muita indefinição. Acha que **o nosso sistema bancário não funciona e por isso ninguém mais tem confiança no sistema**. Faz um apelo a todos os presentes para que se engajem neste processo de desenvolvimento e para **que haja uma definição de posições (incompatibilidade), em que uma pessoa ou é do sector privado ou é do Estado**, mas que não se continue com esta dualidade que tem como consequência a corrupção.

Na sequência de algumas intervenções, o Sr. Manuel Santos chama a atenção para o facto da mesa redonda não ser o lugar para se fazer criticas mas sim para falar dos problemas com que se debate o sector privado com vista a encontrar soluções para os problemas com que se depara e ver se se consegue avançar.

Diz que o problema de corrupção não é só na Guiné Bissau mas sim é um mal que se verifica no mundo inteiro e o nosso sistema administrativo infelizmente também não é exemplar. No entanto, gostaria de dizer que a liberalização económica não foi feita de ânimo leve mas sim que foi procedido de sérios estudos e seguido por leis e por um acompanhamento contínuo do desenvolvimento da actividade económica.

Quanto ao sector informal, gostaria de deixar bem claro que ninguém o quer criticar, reconhece que é o sector que tem estado a abastecer o mercado da maior parte dos bens de consumo. Mas **acha que quando o sector informal ultrapassa uma determinada percentagem de todas as operações económicas do país, pode acontecer que economia continue saudável e que cresça até, porém o estado vai ter problemas enormes e quando o estado tem problemas enormes em termos de recursos o país também vai ter problemas enormes, quando o estado não for capaz de pagar os funcionários, não for capaz de honrar os compromissos da dívida as instituições como o Banco Mundial o Fundo Monetário Internacional o Banco Africano de Desenvolvimento e os Fundos Arabes, não vão trazer mais recursos que irá possibilitar novos investimentos na Guiné-Bissau**. Pensa por isso que é preciso ver todas as implicações do sistema económico em que pensamos operar o que tem a ver

com o estado e com o sector privado uma vez que o sector privado ainda é extremamente dependente do estado em termos de recursos e em termos de mecanismos de intermediação financeira. Sobre o crédito mal parado pensa que houve derrapagens que poderiam ser evitadas, mas pensa que o crédito mal parado a partir do momento em que houve a liberalização económica tinha que fatalmente acontecer uma vez que ainda não se sabia quem é quem neste país e portanto tinha que haver credito mal parado embora reconheça que as proporções foram enormes.

B.1 - Intervenção do Sector Financeiro

Terminado o debate sobre o sector privado, prosseguiu-se os trabalhos da mesa redonda, passando-se para o sector financeiro que tinha como coordenador o Sr. Aguinaldo Embaló e oradores o próprio Sr. Embaló, o Sr. César Neto, Director - Geral do Banco Totta & Açores e, o Sr. Carlos Nhate da FUNDEI (Fundo para o Desenvolvimento Industrial).

O Sr. Aguinaldo Embaló começou por falar na origem das opções, sendo a liberalização a opção de fundo da qual depende toda e qualquer ajuda económica. Diz que foi a liberalização económica que deu início a todas as opções e passa por todos os sectores, a não ser que haja uma opção inequívoca por parte do Estado, em reservar certos sectores exclusivamente para a actuação do Estado, e outros sectores onde o intervencionismo do Estado deve ser mais ou menos aprofundado.

No sector financeiro, tem-se verificado desde o ano 1990 um certo desengajamento no que concerne concretamente as instituições financeiras que têm contacto directo com os operadores, bancos de primeira linha. Com a liberalização do sistema bancário, o Estado passou a ser dono apenas de 26% da participação do capital do BIGB (Banco Internacional da Guiné-Bissau) e no Totta & Açores não tem nada. Não existem bancos públicos mas sim privados que têm como objectivo o lucro. Os recursos financeiros não são dos melhores, devido a inflação que afecta as taxas de juros. Seria preciso um consenso ou cooperação entre o estado e o sector privado com o objectivo de baixar a inflação. As taxas aplicáveis pelo banco são factores de estrangulamento que afectam o relacionamento entre o banco e o sector privado. Sobre os recursos financeiros disponível para o investimento, pensa que podem ser públicos ou privados, a nível dos recursos gerados pelo sector público pensa que o sector privado não pode contar muito com os apoios do sector público para o desenvolvimento da sua actividade, exceptuando o que foi referido em termos de incentivos fiscais. Outra fonte podem ser as ajudas públicas ao investimento, ou seja os recursos externos cedidos ao estado para apoio ao desenvolvimento. Só que essas ajudas têm regras e vêm normalmente condicionadas. Mas o investimento não se faz só com o apoio público, tem que haver poupança. Para o banco conceder financiamento ao investimento é preciso que dos recursos que capta ter uma trégua com o depositante para ele poder aplicar esse dinheiro o que não acontece aqui em Bissau, informa que na estrutura dos depósitos

aplicáveis ao investimento, 87% são exigíveis a vista e apenas 13% é que constituem depósito a prazo aplicáveis em termos de investimento.

O grosso do dinheiro encontra-se nas mãos das pessoas fora do sistema bancário e é preciso algumas mudanças para incentivar as pessoas a depositarem dinheiro e que esse dinheiro fique algum tempo no banco o que passa pela baixa da inflação, pela existência de taxas de juro incentivadoras, pelo eficiente serviço bancário, pela capacidade de entrega do dinheiro quando o depositante o for buscar.
Sobre o investimento estrangeiro ou investimento no seu conjunto, **acha que o código de investimento é suficientemente liberar para atrair o investimento estrangeiro o que é preciso ver é, em que aspecto do código há investidores que não encontrando obstáculos dos agentes que executam o código achem que o código é insuficiente.** Por exemplo em termos de moeda estrangeira o código diz que o investidor se tiver recursos internos pode abrir uma conta em moeda estrangeira no sistema bancário. E o código permite o uso dessa conta para pagar as responsabilidades no exterior sem prestar contas a ninguém e permite inclusive a compra de divisas no mercado paralelo para aprovisionar o sua conta. **O problema que se põe é se isto está ou não a ser aplicado e é nesse nível que o problema se põe, a nível da aplicação das coisas e não ao nível da concessão das leis.** Já se está a pensar na revisão do código que se pode questionar se foi efectivamente aplicado. Em relação às questões cambiais, salienta que há leis de 1989, que diz que um agente económico pode comprar e vender divisas sem ninguém lhe perguntar da sua proveniência, ora por vias administrativas pode-se impedir o cumprimento dessas leis, logo as leis não têm aplicabilidade. Tem que haver a mentalidade de que **o empresário que pretende investir pretende gerar rendimento que será tributável e quanto mais rendimento tributável houver menores taxas de impostos poderemos ter a nível interno**, por isso pensa que há um conjunto de situações que se colocam a nível da própria burocracia e a nível de como as coisas devem funcionar. A única proveniência dos recursos são portanto os privados já que com os públicos, do orçamento de estado, não se pode contar, e os externos têm as condições que nos são impostas. **Apela no sentido da mesa redonda se poder tirar recomendações destinadas aos parceiros no sentido de flexibilizarem essas condições**. Quanto aos recursos privados, são os depósitos do sector privado que no entanto não vai depositar por depositar, ou investimento estrangeiro se houver condições para se investir no país. **O dinheiro do banco é caro porque o banco não empresta dinheiro para ter prejuízo.** No preço do dinheiro (taxa de juro) que o banco empresta entram os custos administrativos do banco, as expectativas de inflação e entra

o que em termos bancários se chama o grau do risco, quanto mais créditos mal parado houver, maior é o risco e quanto maior o risco maior é o "spread" do banco. Em relação a inflação quanto mais alta maior é a taxa de juro nominal, quanto mais taxas altas o banco pagar aos seus depositantes ou quanto mais juros pagar ao Banco Central que lhe empresta ou quanto mais juros pagar para captar recurso do exterior para emprestar internamente mais caro é o dinheiro que o banco empresta. Quanto aos critérios o que prevalece é a prudência em termos do agente a emprestar, não se empresta porque o fulano de tal está encostado ao poder político, o banco empresta se tiver confiança no seu cliente e exige uma garantia em função da confiança que tiver no cliente, nem sempre se exige garantias reais e ai do país se se exigisse sempre garantias reais pois aqui na Guiné Bissau é muito difícil trabalhar-se nesta base.

Sobre o crédito mal parado pensa que o problema não é só com os bancos mesmo a nível privado a mentalidade actual é que as dívidas não são para se pagar, o que é preciso é arranjar-se mecanismos para mudar essa mentalidade que infelizmente está enraizada neste país. **O que faltam também são mecanismos para a recuperação do crédito já que o sistema bancário sabe onde estão os créditos mal parados, pode-se levar uma pessoa ao tribunal para se poder recuperar o crédito mas não se pode substituir ao tribunal.** Em relação ao funcionamento do sistema bancário, **há uma questão que parecendo que não, afecta o relacionamento entre os bancos e sector privado** no país, as pessoas aqui no país tem muitas e boas ideias, só que são ideias que são vendidas apenas com o intuito de convencer, isso **porque é raro o operador ou investidor que toma uma iniciativa com base num estudo prévio de investimento, analisando os prós e contras e analisando inclusive alguns estrangulamentos que em princípio são até previsíveis no nosso funcionamento**. Se se incorporasse todas as taxas a pagar ao fisco, e um conjunto de factores reais e não fictícios haveria muitos investimentos que deveriam ser pensados duas vezes antes de serem concretizados. Para dizer que quando normalmente se aparece no banco para pedir dinheiro emprestado, **se os bancos emprestassem dinheiro com base apenas em estudos de viabilidade não haveria mais de vinte devedores dos bancos,** ou mais grave se se exigisse os balanços e as contas das empresas e se o fisco efectivamente apertasse no sentido da sua apresentação não haveria ninguém a ir ao banco ou haveria muito pouco.

Em seguida, usou da palavra o segundo orador, Sr. César Neto, Director-Geral do Banco Totta & Açores, que começou por dizer que durante a sua missão no país analisou somente dois projectos de investimentos na Guiné Bissau. Diz que **não foi possível implementar os projectos do seu Banco** que tencionava implantar na Guiné-Bissau, um conjunto de linhas de crédito **por razões muito simples o crédito rígido é um obstáculo intransponível neste país**. Chegou à Guiné e deparou com uma carteira de créditos extremamente preocupante, na ordem dos 57% e um crédito inflexível dessa ordem não permite a nenhum banco funcionar. Pensa que **se houvesse um apoio jurídico mais eficaz as coisas talvez funcionassem melhor**. Se as pessoas pagassem as suas dívidas, o banco não esgotaria o seu plafond e poderia emprestar a outros.

Tinha-se pensado implementar na Guiné Bissau linhas de crédito de cinco a seis anos para o financiamento do investimento de modernização e racionalização, destinados a financiar projectos de inovação, modernização ou expansão de pequenas e médias empresas, e apoio rápido aos pequenos projectos de cinco anos, com a finalidade de apoiar financeiramente a concretização de projectos de investimento de pequeno montante, como por exemplo num montante de dez mil contos, destinados à substituição ou modernização e expansão da capacidade produtiva.

O banco tinha pensado num financiamento para a constituição de um fundo de maneio de quatro anos com a finalidade de reforçar o capital social e outros rubricas dos capitais permanentes com o objectivo de permitir uma cobertura equilibrada dos capitais permanentes.

Tinham pensado também no financiamento das necessidades de exploração das empresas, tendo em vista financiar os déficits de tesouraria, com entradas permanentes resultantes da necessidade do simples exploração através de crédito de curto prazo. Assim, tinham créditos de campanha de um ano, o comercial de 180 dias, o crédito a produção e venda que seria mais ou menos de dois anos.

Pensou-se também no financiamento de necessidades pontuais de tesouraria destinados a facultar apoios financeiros correntes para cobertura de necessidades de exploração excepcionais de curto prazo, entre 45 a 90 dias.

Pensaram também no financiamento externo à exportação para os países dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) com um prazo de cinco anos, contados a partir da utilização dos créditos.

Pensou-se também nos créditos a curto prazo para apoiar a produção de bens intermediários e de consumo, de até 24 meses, num montante do valor da exportação total.

Pensou-se em leasing, no factoring, nas sociedades de capital de risco que é muito importante para a Guiné neste momento.

Infelizmente a sua missão está a acabar e não conseguiu realizar nenhum desses projectos devidos à existência dos créditos mal parados ou inflexíveis ou rígidos. Acha que não se deve dizer mal parado porque esse dinheiro está nas mãos de alguém. Com esta situação, não é fácil um banco comercial funcionar. Os bancos só funcionarão como deve ser com o melhoramento do sector produtivo e a partir do momento que as pessoas comecem a pagar as suas dívidas e começar a entrar dinheiro no banco.

Para que surgisse um banco de investimento, seria necessário e bom que o sector produtivo ou de serviços avançasse mas infelizmente nada avança só porque meia dúzia de pessoas decide não honrar suas dívidas. **A função do banco aqui é a de ajudar o país mas se as pessoas não pagam, o banco nada pode fazer**. O problema que se põe não é o não conceder créditos como as pessoas têm criticado, mas sim estão a pôr em risco a própria estrutura do banco. **Não há banco nenhum que consiga sobreviver com esse tremendo desequilíbrio na ordem de 57% de crédito inflexível**.

Faz votos de que o seu sucessor consiga implementar muitas dessas ideias e espera poder implementar ainda a cooperação com o IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pesca) de Portugal que já manifestaram o interesse em vir trabalhar com organismos guineenses.

Seguidamente deu uma breve explicação do que é uma Capital de Risco, diz que é fácil e é barato e não cria problemas, é barato na medida em que a Capital de Risco entra como parceira mas não entra como administrador executivo, vem aproveitar mais as sinergias da empresa, não é essencialmente um financiador nada disso, vem traz dinheiro mas não é o financiamento por essência que o traz.

Não se pôde contar com a presença do Sr. Engenheiro Carlos Nhaté, responsável pela FUNDEI. No entanto, um dos suplentes do Conselho de Administração, explicou brevemente a formação, os objectivos e as futuras actividades da FUNDEI e as alternativas para se poder continuar com as acções de investimento no país, através da ajuda Sueca..

B.2 - Debate das intervenções do Sector Financeiro

Em seguida, deu-se início aos debates.

Começou por usar da palavra o Sr. Filinto Barros, que é da opinião de que o estado não deve gerir os bancos de Desenvolvimento, como já se verificou o exemplo nos outros países africanos também em vias de desenvolvimento. Na maioria dos países da África Ocidental, os bancos de desenvolvimento desapareceram devido á má gestão dos seus Estados e a Guiné não deve engendrar também por esse caminho e nem os seus parceiros também vão deixar.

Quanto à questão de se as condições são impostas de fora ou não, diz que **o que falta na Guiné-Bissau é a cultura de nós assumirmos os programas**. Por exemplo o programa de ajustamento estrutural a seu ver deveria ser assumido tanto pelo sector público como pelo sector privado como sendo uma necessidade, na Guiné Bissau porém o que é mau é que a sociedade guineense não assumiu o programa de ajustamento estrutural, pareceu sempre como uma coisa que veio de fora e que foi feita porque o FMI quer, porque o BM quer, diz-se por exemplo que há custo sociais no ajustamento, é de opinião porém que os custos sociais que poderiam ser agravados se nada tivesse sido feito, porque o que se passa é que havia um desequilíbrio, o desequilíbrio já existia e foi por isso que surgiu a necessidade do ajustamento, ninguém ajusta por ajustar, ajusta-se por necessidade, **por isso pensa que se a sociedade guineense assumisse o programa de ajustamento estrutural ela seria fácil de se aplicar**, pois já é altura de se ter a consciência que não se pode continuar a viver com o dinheiro dos outros, ideia generalizada na Guiné-Bissau. Pensa-se sempre em projectos vindo de fora, financiados pelos outros e nunca nos desequilíbrios que se cria tendo todos esses déficits que por aí existe.

Pensa que o Estado pode gerar fundos para o investimento. Pergunta por que não se pode transferir fundos do sector público para o sector privado **por exemplo no Sector**

das Pescas que geram cerca de 15 milhões de dólares ano, pensa que se poderia tirar pelo menos um milhão e meio e fazê-lo regressar de novo ao sector para criar um sistema de créditos para o sector das pescas, o que faltaria seria um mecanismo para gerir esse crédito. É verdade que com um orçamento de estado já de si deficitário como é que se iria financiar isso? Primeiro, tinha que se pôr a máquina estatal perante o facto da necessidade de se expandir um sector, ou pela contracção do estado ou pela diminuição do serviço da dívida. Acha que no sector do caju também seria possível fazer-se um retorno de cerca de 500 mil dólares. É da opinião de que é o possível o sector público enviar algum dinheiro fundamentalmente para o sector produtivo.

Pensa que o código de investimento é bom e não precisa ser alterado, a questão é o de ser ou não aplicado.

Quanto ao crédito mal parado, diz que esse dinheiro existe mas o problema é que esse dinheiro deve estar fora do país; há uma fuga de capital. Pede que seja criado um ambiente macroeconómico propício para evitar essas fugas de capital para Portugal, capital esse que é aí aplicado em compra de imóveis que muitas das vezes nem são negócios rentáveis. Mas preferem investir em Portugal porque lá se sentem mais seguros.

Convém criar um ambiente macroeconómico favorável ao desenvolvimento, e a luta contra a inflação. Outro aspecto que focou é a distorção da mentalidade guineense em relação a questão da corrupção. É de opinião de que hoje em dia vigora uma corrupção generalizada e que houve uma mudança de mentalidade das pessoas, no sentido de que, quem não é corrupto é parvo, sobe que não é de um dia para outro que se vai mudar tudo isso, mas pensa que já é altura de se começar a tentar trabalhar nesse sentido de mudar as mentalidades das pessoas.

O Sr. Baldé, representante da Direcção Comercial do BIGB, deu uma explicação sobre as dificuldades de levantamento de depósitos em liquidez nos bancos. Em princípio, 87% dos depósitos por serem a vista, deveriam ficar sempre no banco, à disposição dos clientes. Por questões de prudência, porém o Banco Central exige que os Bancos tenham um Encaixe Obrigatório da ordem dos (17%), ou seja dos depósitos arrecadados 17% tem que ser remetidos ao Banco Central. Se considerar que os

restantes 87% são à vista, então os bancos não podem dar resposta. O déficit do fluxo diário entre os depósitos e os levantamentos é enorme. Não há uma utilização adequada de instrumentos alternativos como por exemplo os cheques visados com garantias de pagamento. Para se ter ideia do problema basta dizer que a estrutura dos depósitos no BIGB, os depósitos à vista representam 80%, os depósitos à prazo 20% dentre os quais 10% é a 90 dias, o que significa que quase podem ser incorporados em depósitos à vista. No que concerne a política de crédito informa que cada banco pratica a sua política baseado sobretudo no critério de selectividade de concessão de crédito, porque cada cliente para o Banco representa um caso diferente, em termos das suas operações com o Banco, em termos do cumprimento atempado das suas obrigações para com o Banco, para além das garantias que oferecem. Por isso o banco pratica dois tipos de garantias: reais e por assinaturas.

Há problemas de concessão de créditos porque temos os plafonds impostos no quadro de programa de ajustamento estrutural e agravados pela existência dos créditos mal parados. O desvio do destino dos créditos de curto prazo para investimentos de longo prazo, também cria problemas enormes aos Bancos, quer em termos de impossibilidade de concessão de novos créditos quer em termos de tesouraria para honrar a liquidez, já que não se põe o problema dos cheques. Informou ainda não ser o BIGB um banco universal mas sim para operações a curto prazo, tendo no entanto candidatado para gerir algumas linhas de crédito que o sector público conseguiu junto aos nossos parceiros de desenvolvimento. Infelizmente, essas linhas de crédito não estão a operar.

Sobre a abertura de conta em moeda estrangeira, informou que um operador económico nacional de Import-Export não tem direito a manter uma conta em divisa e mesmo em relação ao produto de exportação, em termos cambiais pertence ao sistema financeiro e o operador local recebe 100% em pesos, sendo 40% ao cambio oficial e 60% ao cambio do mercado livre, podendo inclusive negociar a taxa de câmbio. As divisas resultantes da exportação não pertencem aos operadores económicos mas a toda a sociedade e como é sabido é ao Estado que cabe definir a forma de aplicação dessa divisa.

A Sr.ª Munira Jauad pergunta ao Sr. César Neto quantas pessoas é que compõem esses 57% dos créditos mal parados. Pergunta ao Sr. Wilson Cruz se o capital de risco se destina ao apoio financeiro ou a outras vertentes.

O Sr Djulde Baldé, diz que quer focar o aspecto de que o crédito **mal parado constitui um estrangulamento na Guiné-Bissau**, por isso é de opinião que se **deve estudar forma de sanear o problema de forma a poder-se desbloquear o sistema bancário**. Presentemente, não há um único sector produtivo que não tenha dificuldades de operação. Diz que o sector informal é detentor de grande fonte de liquidez. **O banco precisa criar condições e incentivar as pessoas a usarem os seus serviços**, pois é a única forma de se poder sair da situação em que nos encontramos.

O Sr. Manuel Santos sobre os problemas cambiais, pensa que a **possibilidade de um operador em ter divisas é a única defesa que ele tem contra a instabilidade cambial e monetária** e os **operadores nacionais** a excepção dos que têm contratos de aluguer de casas que rendem em divisas, **não têm contas em divisas, mas pela lei vigente podem ter um milhão de dólares em casa**, só que não os pode ter no banco daí pensar haver uma incongruência enorme **e nesse caso, perde o operador, perde o banco e perde o estado e aumenta a apetência dos operadores em terem dinheiro lá fora, exportando capitais**, o que é preciso é liberalizar quanto for possível, haver possibilidades de se ter conta em divisas e possibilidade do dinheiro que estiver no sistema transitar quase livremente para onde for necessário.

Terminadas as intervenções, **o Sr Aguinaldo Embaló** esclareceu sobre a criação de bancos de investimento, dizendo que a lei vigente não impede que o estado crie os seus bancos, ou seja o quadro legal não impede essa criação, porém por opção e por experiência o estado pode não querer criar um banco e a mesma coisa pode-se passar entre os privados. Em termos legais porém quer o estado quer os privados se assim o entenderem podem criar bancos de investimentos no país. Em termos de recomendação pode ficar que **o estado flexibilizando um pouco a sua gestão pode libertar alguns recursos sobretudo de alguns sectores para aplicação nos mesmos sectores**. Pensa porém que o estado não tem poupança e para libertar esses recursos ele terá que prescindir de algumas despesas, no serviço da dívida parece ser um pouco irrealista por ser uma variável que depende da boa vontade de terceiros, talvez na **reforma da administração pública** se poderá aí chegar, talvez pensando também **no alargamento da base tributável** baixando alguns impostos se possa chegar lá, ou seja há um conjunto de opções em que qualquer um deles passa ou pelo aumento das receitas ou diminuição das despesas. Informa que na política actual o Banco Central não fixa plafonds de crédito para o sector privado somente o fixa para o estado. O Banco

Central utiliza sim instrumentos que lhe permite controlar os recursos a disposição do Banco ou seja fixando os encaixes mínimos obrigatórios em que em cada 100 que o banco recebe de depósito o banco central obriga que 17 fiquem mantidos no Banco Central, para se poder controlar a liquidez do mercado. O Banco Central hoje em dia já ultrapassou a fase de instruir aos Bancos Comerciais no sentido de darem crédito neste ou naquele sector, e também já não dizem aos Bancos Comerciais qual o plafond de crédito que devem utilizar. O Banco Comercial em função dos recursos que dispõe e utilizando as regras do encaixe mínimo obrigatório tem toda a liberdade para actuar, e essa margem de liberdade depende da capacidade de recuperação do crédito concedido, e **o maior plafond hoje em dia é o crédito por recuperar**, não há limite de crédito imposto pelo Banco Central. Se não há crédito não é pelo facto do Banco Central fixar plafonds. Quanto aos problemas cambiais diz que há muitas questões que foram levantadas e com as quais concorda em parte há outras que tem dificuldade em entender. Se se levar ao extremo o problema das contas em moeda estrangeira, toda a gente vai querer ter conta em moeda estrangeira já que toda a gente é penalizada pelo problema da desvalorização, portanto **se for possível toda a gente ter conta em divisa isso seria o mesmo que trocarmos a nossa moeda por uma moeda estrangeira**, e isso seria uma opção como seria uma opção entrarmos na zona do franco que é uma moeda convertível, porque entende que no momento que se liberaliza a abertura de conta em divisas não vai haver ninguém que não quererá proteger-se da desvalorização, mesmo o funcionário público com o pouco que recebe vai querer fazer isso. Pensa portanto que o problema no fundo é mais abrangente. Salienta que o código do investimento não descrimina o investidor mas que estabelece claramente que os residentes não podem abrir conta em moeda estrangeira.

Respondendo à pergunta da Sr.ª Munira, **o Sr. César Neto** informa que os 57% dos créditos mal parados do seu Banco estão nas mãos de apenas 32 pessoas. O capital de risco serve apenas para gerir as empresas e entra com dinheiro mas não vai ser o financiador principal, é participação de capital e quando a empresa começa a gerar lucros a capital de risco sai vendendo a sua participação e tem o seu lucro, tem uma grande importância no caso das fusões no caso de preparação para a bolsa e até no caso dos diferendos familiares e dá para muitas circunstâncias desde para a expansão da empresa, iniciar da empresa, preparação para a bolsa de valores etc.

C.1 - Intervenção do Sector Público

Seguiu-se imediatamente ao terceiro ponto da mesa redonda, a administração pública, que teve como coordenador o Sr. Paulo Gomis, Director de Estudos Económicos e Responsável pelo PIP (Programa de Investimento Público).

O Sr. Paulo, na qualidade de primeiro orador, começou por falar da questão das instituições que é extremamente importante e diz que existem muitos trabalhos feitos nos Estados Unidos sobre a ligação entre as instituições e o próprio comportamento das economias.

Sobre a questão do déficit, diz que ao nível do PIP, eles não gerem a parte ligada ao orçamento de funcionamento. Mas em termos de investimento, **pensa que o nível de investimento público na Guiné Bissau é extremamente elevado** e que desde 1992, com a inexistência de um plano de desenvolvimento, o governo passou a utilizar o programa do investimento público como um instrumento de política de desenvolvimento que não é contudo o instrumento adequado da gestão da política de desenvolvimento pois pensa que tem de haver uma estratégia muito mais larga, o programa de investimento é apenas um instrumento dentre vários. Diz que em 1992 iniciou-se a reforma do PIP na área institucional (investimento público tem que acompanhar as outras medidas que estavam a ser implementadas em termos de ajustamento estrutural ou seja se se assume que vai haver desengajamento do estado na economia isto deveria reflectir-se também ao nível do programa de investimento público) e no seu contexto de execução. Em termos de reforma institucional isso não se passou, ou seja o PIP não reflectiu o desengajamento do estado pois entre 1987 a 1992, o PIP situava-se a volta de 25% do PIB, que é extremamente elevado pois situa-se acima da média aceite para a Africa Sub-sahariana, 10 a 11% do PIB. As reformas que foram introduzidas nos últimos anos tem a ver com a fixação das prioridades na ausência de um plano de desenvolvimento. O PIP deveria por isso tentar ajustar-se aos discursos que são feitos pelo governo e ajustar o PIP a essa estratégia. **O PIP era portanto feito no sentido de canalizar os recursos quando for possível para as áreas que são considerados como prioritários e essas áreas são geralmente as áreas sociais, das infraestruturas, de apoio à produção e área produtiva.**

Mas no concreto o que é que foi feito? É bom ver que na área produtiva o estado engajou-se a nível das reformas em termos dos grandes projectos que tem nessa área.

Na agricultura passou-se de 18 a 20 projectos em média para 10, 11 projectos. Tem havido desengajamento do Estado que está a direccionar recursos para outras áreas e deixar o sector produtivo, nomeadamente o de agricultura directamente ligado ao sector privado. **O Estado vai-se concentrar mais na área da pesquisa e vulgarização e noutros aspectos mas não em investimentos produtivos**, os resultados logo se verão. Na área das infraestruturas o estado manteve-se e as próximas infraestruturas em que o estado se irá envolver vão ser mais caras do que as anteriores, só a ponte de João Landim está estimado em 30 milhões de dólares, e também tendo em conta as infraestruturas no sector energético e noutras de maior custo. Na área social não há duvidas de que o estado deve continuar, na área da saúde e da educação.

O Problema que se põe é **como é que o estado vai implementar investimentos que podem permitir ao sector privado de se instalar, pois não vale a pena o estado fazer investimentos que não beneficiem directamente o sector privado, a questão agora é ver que tipo de investimento é que vai permitir ao sector privado expandir-se e pensa que é esta a questão principal nos próximos tempos** e julga que há já sinais e esforços feitos em termos técnicos no sentido de rever algumas questões que não se prendem com o próprio investimento mas com os parceiros que dela poderão tirar proveito.

Chama a atenção para a necessidade de oferecer oportunidades às empresas nacionais de poderem participar também nos grandes concursos públicos. Precisa-se estudar a melhor forma de engajar o sector privado mais profundamente no processo de desenvolvimento e ver em que áreas de investimento poderiam substituir a actuação do Estado. Na área social pensa que também o sector privado poderia ter uma intervenção, pois acha que os resultados dos investimentos na educação são catastróficos, por isso é de opinião que o estado poderia ceder algumas infraestruturas para o sector privado e as igrejas para a gestão dessas infraestruturas.

Outro ponto para o qual chama a atenção é para o facto de não se estar a substituir o desengajamento do estado por nenhum outro engajamento, por exemplo **em termos financeiros passou-se de 62 milhões de dólares em 93 para menos de 52 milhões de dólares hoje e essa tendência vai continuar**. Se se pretende uma taxa de crescimento da ordem dos 3,5% quem vai investir, pensa que é preciso colmatar-se o gap que está a ser deixado pelo desengajamento do estado.

É preciso de facto atacar duramente o problema de financiamento do sector privado pois pensa que há possibilidades o que tem faltado são iniciativas e por outro lado o facto de se confundir o desenvolvimento com a gestão apenas do programa de ajustamento estrutural, acha que isso é realmente uma das componentes da política de desenvolvimento, mas é bom não se concentrar apenas na gestão do programa e na execução das metas estabelecidas para a inflação, para o déficit. Com uma boa gestão e acompanhamento dos projectos muito se poderia poupar, tendo dado exemplo do montante de **12 milhões de dólares que se encontram no BAD** e que resultaram de um bom acompanhamento dos projectos e dos respectivos cortes quando se vê que os resultados não são satisfatórios. **Julga que esse dinheiro poderia ser melhor utilizado para outros fins por exemplo para o investimento do sector privado e não para linhas de crédito de importações de bens de consumo**. Pensa que o sector informal está aí para isso, abastecer o país com produtos consumíveis e que o estado poderia com esses recursos criar uma instituição para o crédito ao investimento. Os recursos existem e devem ser utilizados. Por exemplo da parte do financiamento da ASDI, há um financiamento superior a três milhões de dólares, **há muitos recursos disponíveis para o país que não estão a ser usados. Precisamos agora ter mais iniciativas do que os próprios doadores** porque a atenção deles está agora virada para outros objectivos e interesses como por exemplo para os ex-países do Leste europeu. **O país deve gerir da melhor maneira possível os recursos para os financiamentos e gerar poupanças que deverão ser canalizados para os sectores chaves.**

O segundo orador, Sr. Simão Mendes, Director-Geral do Trabalho que falou da política laboral e do aspecto da formação profissional. A lei geral do trabalho que foi aprovada em 1986, foi feita numa determinada conjuntura e o seu conteúdo dá muitas prerrogativas ao trabalhador. Diz que numa situação em que o Estado é o maior empregador, o trabalhador tem sempre razão, tem sempre direito a indemnização e no nosso caso, o trabalhador era muito protegido. **Anuncia que se fará brevemente uma revisão da lei geral do trabalho que em princípio deveria se iniciar com a 1ª conferência do trabalho.**

No nosso país não existe a ética do trabalho ou relações de trabalho; existe sim é uma desordem em termos laboral e para qualquer potencial investidor, a primeira preocupação é conhecer a lei/direitos do trabalhador. **Reconhece que a lei do trabalho guineense defende muito o trabalhador o que pode desencorajar os investidores.**

Na Guiné-Bissau **não existe uma política de emprego e de formação profissional**. Houve uma tentativa através do decreto 11/76 em que se tentou proteger o mercado de trabalho para o nacional. A lei diz que não se pode empregar um estrangeiro em detrimento de um nacional com as mesmas capacidades, mas com a carência de quadros, nem sempre esta lei é cumprida. **Não se pode defender uma política de emprego sem que haja uma política de formação profissional**. O país enfrenta problemas gravíssimos em termos do ensino, que foi massificado, resultando daí um ensino de má qualidade, e da falta de quadros qualificados, possuindo neste momento mais quadros semi-qualificados. **A função pública é uma pirâmide onde se encontra uma classe que concebe sem haver no entanto uma outra que executa.** E quando os técnicos concebem e executam simultaneamente, torna-se muito difícil descobrir os próprios erros. **No país 60% dos encargos salariais é constituído por trabalhadores semi e não-qualificados.**

O Ministério da Educação não pode continuar a tutelar instituições de formação profissionais que não podem ser açambarcadas pelo mercado de trabalho. Hoje em dia é difícil encontrar um mestre de obra nacional. É preciso fazer-se uma análise da situação sócio-cultural. **Temos um contingente de crianças que acabam o liceu mas que no entanto não estão preparadas para entrar no mercado de trabalho**. Há pessoas que deixam as escolas por reprovações e crianças que deixam a escola muito cedo por falta de recursos financeiros por parte da família e que no entanto não conseguem também ingressar no mercado de trabalho. O país precisa de formações contínuas até a faculdade, de formações técnicas e profissionais e são da responsabilidade do Ministério do Trabalho. **Não dispondo de quadros qualificados minimamente, o país dificilmente poderá incentivar o investimento estrangeiro.**

Põe-se o problema de estudantes que regressam de Cuba e dos ex-países do leste que têm problemas de enquadramento e pergunta porque não poderiam ser orientados ou fazerem uma reciclagem ou serem reconvertidos por exemplo para uso na função pública no quadro duma administração moderna e eficaz.

Em relação as leis, diz que não se justifica a criação de novas leis mas sim que se deve aplicar as já existentes. **O sector privado não tem capacidade de absorver a grande parte da mão de obra desempregada, devido ao baixo índice de investimento**. A

política de formação requer um maior engajamento do Estado, a fim de obter melhores recursos humanos e consequentemente o seu desengajamento paulatino. O Intituto Nacional de Seguros e Previdência Social, através do sector privado, tem um sistema geral de previdência social em que o trabalhador contribui com 8% e a entidade patronal com 12%; pergunta porque é que o Instituto não contribui com uma certa percentagem para a formação profissional. **Por maior que seja o investimento neste país, se não tivermos recursos humanos qualificados, não se poderá avançar para o desenvolvimento.**

Em seguida o Sr. Suleimane Djaló da Célula de Promoção das Pequenas e Médias Empresas, falou em nome da célula de promoção das pequenas e médias empresas. A célula vem sendo criado a cerca de 5 anos. Diz que tem sido o sector informal que tem assegurado o sector da indústria. 80% das transformações que se fazem. Falar do sector formal na indústria é um pouco ilusório, pois ela apenas somente 3% do PIB. **Actualmente a política do governo baseia-se em 3 pontos fundamentais: 1° reforma das empresas públicas do sector da indústria; 2° encorajamento dos investimentos nacionais e estrangeiros e 3° apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas.** Nessa a base a célula teve a preocupação de identificar quais os estrangulamentos ao desenvolvimento do sector, alguns estrangulamentos foram identificados, ao nível macroeconómico (dimensão do mercado) ao nível jurídico, ao nível institucional, ao nível de crédito de médio e longo prazo, ao nível de infraestruturas (próprias para o sector industrial), ao nível de assistência (inexistência de instituições de apoio) e serviços e ao nível humano e de formação. **Não há uma política industrial definida, há tentativas mas devido ao facto do sector não ser considerado prioritário não tem havido apoios para a elaboração de planos director para a indústria**. Já se convenceu o PNUD que combinou a assistência técnica com a assistência financeira através da criação de uma linha de crédito de que resultou 15 micro empresas industriais.

O último orador foi o Sr. Ernesto Dabó, Director-Geral do GAI, que disse que, após ter ouvido as outras intervenções parece-lhe que **já foram definidas as balizas em que se deveriam desenvolver o diálogo em que o estado continua definido como quem tem que promover os incentivos para o desenvolvimento do sector privado, cabendo ao sector privado o papel de agente directo das iniciativas dos investimentos.** Partindo disso pensa que da parte do estado já se podem identificar algumas iniciativas de interesse para o desenvolvimento do sector privado. Algumas

são a criação de instituições tais como o Gabinete de Apoio ao Investimento, a Célula de Promoção de Pequenas e Médias Empresas, o FUNDEI e a criação do código do investimento e o desenvolvimento do sector bancário nomeadamente com a criação dos bancos comerciais. Ora **não chega criar os sistemas de apoio**, pois há uma série de situações que são evidentes para todos os participantes. Por exemplo pensa que **há muita horizontalidade no relacionamento entre os diversos intervenientes no apoio ao sector privado** e por consequência **isso dá uma duplicação dos esforços, dispersão de intervenção, pouca racionalidade na utilização dos recursos para a solução do problema** que interessa a todos os que estão os envolvidos no processo. **É preciso saber porém quem centraliza e quem é que coordena e supervisa o sistema**. Para os operadores económicos a falta desse orgão centralizador é prejudicial e negativo, várias intervenções anteriores o demonstram, o labirinto que um operador tem que percorrer. **Pensa que o governo não é insensível a essa preocupação, pois o documento quadro de política económica e financeira a médio prazo de 94/97 anuncia a intenção de criar um sistema coordenado em que o investidor através de uma só porta tem acesso a solução dos vários problemas que neste momento é obrigado a percorrer quase todo o país para conseguir uma solução que as vezes não justifica um percurso tão grande**. O sistema identificado como "one step system", em que o indivíduo entra por aí e consegue dar soluções aos problemas a tempo e horas e com a eficiência desejada. No entanto declarar essa intenção não é novidade nenhuma, pois várias intenções já foram declaradas até aqui e **constata-se que o problema está em assumirmos e pormos na prática o que adoptamos como leis ou como opções esse é o maior drama de todo este conjunto de ideias que aqui foram apresentadas**. Se o estado quiser avançar com a iniciativa de criar um sistema em que se vai reduzir o percurso para que haja facilidade em atrair os investimentos, não vai bastar só estatuir sobre o tal sistema isso tendo em conta a experiência actual, por exemplo o código de investimentos existe mas não está regulamentado o que cria extrema dificuldade na sua implementação pois o código quando é aplicado envolve uma série de instituições e estruturas o que traz situações complexas por vezes.

Convém não só fazer os códigos e/ou declarar intenções, mas também é necessário regulamenta-los e implementa-los, a fim de harmonizar as relações entre as pessoas e racionalizar os seus esforços.

Concorda que se criar instituições de apoio ao sector privado é extremamente importante e necessário, essas instituições devem ser vistos como elementos

administrativos que não podem funcionar sem recursos financeiros convenientes e orientados para os objectivos do serviço criado. Convém não esquecer que **a Guiné Bissau, infelizmente não é um destino imediato para os investimentos, potencialmente não é um país com recursos que podem atrair a vinda de investimento estrangeiro**, daí que quando se pretende fazer a promoção que algo, no caso concreto o país é uma mera mercadoria para o promotor, deve-se fazer esforço no sentido de convencer os clientes a aceitarem-no. Significa isso que a Guiné-Bissau com os recursos que disponibiliza para a sua promoção de forma a torna-la atractiva para os investimentos, esta-se na esfera de pura ficção. **Não é possível fazer a promoção da Guiné-Bissau com os recursos disponíveis tendo em conta que é uma área em que há uma concorrência frenética já que todos os países do terceiro mundo lutam para atrair os investimentos.** Isso implica que tem que haver realizações promocionais que passam desde campanhas publicitárias realizações de feiras, participações em eventos internacionais com essa finalidade. **Ou seja há que desencadear uma série de ofensivas promocional e que se justificam muito mais para a Guiné-Bissau que tem uma economia dependente e sendo um país praticamente sem poupança.** Pensa finalmente que a tutela deve agir no sentido de haver cumprimento do que está disposto na lei, e deveria colaborar com o GAI no sentido de se tomar medidas atempadas para a solução das anomalias detectadas. **Não vê nenhuma necessidade e emergência em se rever o código do investimento,** pois no código não existe obstáculo que seja consequente do código à promoção do investimento e pensa que o facto de se estar a criar expectativas nos potenciais investidores quanto a revisão do código poderá ser prejudicial já que o que se está a dizer implicitamente é que vão ser criados novas regras de jogo que enquanto não for publicado os investidores ficarão a aguarda-la.

C.2 - Debate das intervenções do Sector Público

Em seguida deu-se início aos debates.

O Sr. Djulde Baldé usou da palavra, começando por falar da necessidade de viabilização das empresas o que segundo ele implica a formação de funcionários qualificados, ou seja recursos humanos em geral. **Diz que a há uma necessidade de uma melhor e maior coordenação da Direcção Geral da Indústria, da Direcção Geral do Trabalho e do Gabinete de Apoio ao Investimento no sentido de melhor apoiar o sector privado para a industrialização.** Pede que se dê muita atenção ao sector da indústria pesqueira, a transformação dos produtos do mar. Pergunta se o

sector de pesca industrial está sob a tutela do Ministério das Pescas ou da Direcção Geral da Indústria ou se a necessidade de formação profissional no quadro das pescas é da responsabilidade do instituto de trabalho e formação profissional? Concorda com o Sr. Simão Mendes em que **o Ministério da Educação não deve monopolizar todas as acções de formação. Deve haver uma maior coordenação entre a Direcção Geral do Trabalho com as empresas para a melhor formação dos trabalhadores.**

Pede que haja mais cuidado e rigidez na aprovação dos projectos, dando preferência aos projectos com grande incidência na formação dos recursos humanos. É da opinião de que não é necessário um novo código de investimento, pois o actual nem foi ainda regulamentado, na sua opinião o que há é uma descoordenação entre os diversos orgãos ligados ao investimento. Apela a que a Direcção Geral do Trabalho deixe de ser somente uma Direcção Geral do Trabalho da função pública e que comece a olhar para as empresas como entidades que necessitam de recursos humanos e de mão-de-obra qualificada e que deve por isso em colaboração com as empresas promover formação eficiente das pessoas que aí irão desempenhar as suas funções. Pensa que o CENFI (Centro de Formação Industrial), deveria ter mais ligação com a Direcção Geral do Trabalho e com a Direcção Geral da Indústria, para poder ter um curriculum mais voltado para o mercado de trabalho. Pensa que deveria haver maior coordenação entre as instituições responsáveis pela formação e utilização da mão-de-obra qualificada.

Em seguida, o Sr. Aguinaldo Embaló fez algumas sugestões. Da intervenção do Sr. Paulo Gomes em termos de recursos, se depreende que **existem vários recursos como por exemplo os do BAD, a disponibilidade de ASDI em apoiar o investimento e os apoios do Banco Europeu de Investimento**. Segundo informações da parte do Sr. Suleimane, **há uma experiência acumulada a nível da Direcção Geral da Indústria**, sobretudo uma experiência técnica acumulada para algumas insuficiências do sector privado. Quanto aos recursos humanos **embora não disponhamos de muitos recursos humanos temos pelo menos o suficiente para começar**. É da opinião de que dificilmente a Guiné Bissau conseguirá criar uma instituição ao 100% de desenvolvimento na actual fase ou em curto prazo de tempo, devido ao fracos recursos de que dispomos. Havendo essas restrições, porque pode-se falar de um capital público de 15%, mas os restantes 85% terão que vir do sector privado nacional ou estrangeiro, significando assim que se está perante um outro problema. Deste modo **sugere que talvez possam sair destes trabalhos algumas recomendações ou uma proposta que sirva ao Estado de forma a esses recursos serem postos a disposição do actual**

sistema bancário existente, mediante convenções ou contratos entre o Estado e essas instituições, definindo nessas convenções as regras de jogo da aplicação desses recursos. Se se acordar com o BAD que o financiamento irá para o sector das pescas ou para o sector agrícola o mesmo será definido em convenção própria com estas instituições.

Dá o exemplo do IFADAP que não é uma instituição que concede créditos directamente aos agentes. Mas **que, em nome do Estado Português, canaliza linhas de crédito para o sistema bancário normal**. O IFADAP assina contratos com essas instituições de crédito, e posteriormente, são as instituições que, mediante regras de jogo definidas, concedem depois créditos/financiamentos ao sector do investimento. É claro que nessa definição o Estado vai ter que acordar com o banco quanto é que este vai ter que lhe pagar de juros, já que o Estado vai contrair uma dívida que terá que pagar e com juros. E o banco por sua vez vai ter que cobrar juros a quem conceder o empréstimo, aí põe o problema de se o Estado vai subsidiar ou não os juros, dependendo das suas possibilidades.

Os bancos por serem puramente comerciais não vão investir em recursos humanos e nem materiais para a gestão de linhas de créditos de médio e longo prazo porque esses fundos ainda não estão a disposição deles. Havendo esses recursos humanos, eventualmente esse núcleo de promoção do sector agrícola, do turismo, da indústria e outras poderiam servir como uma área técnica que iria colaborar com banco em termos de apreciação, elaboração e acompanhamento dos projectos.

Acha que dificilmente se poderá criar um banco de desenvolvimento, com os capitais minimamente exigidos e com as performances exigidas a um banco de desenvolvimento.

Acha que a FUNDEI vai dar um contributo mas pensa que **se deve incluir na FUNDEI, serviços de conheçam a gestão e o acompanhamento da clientela.**

O Sr. Henrique Menezes diz que a qualidade de mão-de-obra disponíveis não é assim tão baixa como se critica. Talvez o problema seja de mau enquadramento porque encontra-se já no país bons quadros e deu exemplo da EAGB. **Pensa que o Sector Privado ainda não tem aproveitado nem contribuído para desenvolver como deve ser os recursos humanos nacionais.**

Usou da palavra um operador económico português Sr. Canhão que, focou três aspectos, pensa que **a lei do trabalho deve ser revista,** pensa que **o organismo que deve coordenar todos os incentivos e apoio ao investimento, deveria englobar pelo menos três Ministérios, a Secretaria de Estado do Turismo, o Ministério do Comércio e o Ministério das Finanças (GAI).** Isso, porque o organismo poderia dar resposta a tudo, desde como se faz a constituição de uma sociedade, como é a lei laboral, características do povo, características do próprio país para que as pessoas estivessem minimamente ilucidadas com as realidades do país, toda a carga fiscal e toda a carga existente, **pois chega-se a levar meses a aprender coisas novas o que poderia ser dado logo no início ao investidor.** Um outro organismo que considera que deveria intervir também nesse quadro é o Ministério dos Negócios Estrangeiros através das embaixadas pois se se usasse os serviços diplomáticos, talvez o país nem gastasse assim muito dinheiro, para se promover o investimento e o lançamento do país promocionalmente. **O pais precisa promover melhor as suas potencialidades, precisa mudar a sua imagem, deixar de ser um país de um milhão de habitantes mas sim um país inserido na CEDEAO,** porque para um milhão de habitante não se consegue atrair o investimento. Os contras disso é que enquanto **a Guiné-Bissau por exemplo taxa os sapatos importados em 26% o Senegal taxa-os em 59%**, ou seja **não há defesa do produto nacional e enquanto isso se mantiver não possibilidades de grande desenvolvimento industrial.** As taxas alfandegárias, não têm favorecido minimamente a produção nacional. Quanto ao problema da formação profissional julga que não é um problema assim tão complicado pois ficam milhões de ECU's na UE (União Europiea) porque não há projecto de fomento a formação profissional. Informou que o grupo a que pertence tem formação profissional em Angola no Benin no Uganda, em Moçambique e na Guiné-Bissau. Que conseguiram verbas para todas essas acções é que era só uma questão de se apresentarem os projectos. Informou ainda que para a Guiné-Bissau já fizeram propostas e que só estão a espera que as pessoas as queiram assumir e que basta fazerem uma carta a solicitar isso. Disse ainda que relativamente a formação profissional para a indústria ficam todos os anos milhões de ECU's em Bruxelas ou porque não foram gastos ou porque não houve projectos para isso.

Seguidamente tomou a palavra o Sr. Filinto Barros para dizer que concorda com o Sr. Simão Mendes sobre a necessidade de se mexer nas questões laborais e sobre a questão da formação profissional dever ficar sob tutela do Ministério do Trabalho e também concorda que a lei laboral actual favorece o trabalhador em geral

independentemente da nacionalidade em detrimento da entidade patronal qualquer que for também a sua nacionalidade. Pensa que o Sector Privado tem que começar a pensar em termos de absorção dos técnicos nacionais, médio e superiores. Pensa que muitas empresas pecam por limitação dos empresários que querem ao mesmo tempo passar por gestores. Diz que mesmo nas empresas comerciais há a necessidade de se começar a absorver técnicos nacionais e deu exemplo de um comerciante que tinha um problema com a gestão financeira da sua empresa. E diz que há muitas empresas que ainda estão em dívida com a banca, só pelo facto de não terem utilizado gestores nos seus negócios. Também no sector agrícola, os ponteiros não utilizam técnicos agrários por partirem do princípio que sabem tudo e têm experiência. Diz que pelo facto de um técnico ter passado pela faculdade pode parecer à primeira vista que não está adaptado mas rapidamente consegue adaptar-se já que os conhecimentos científicos não lhe cairam do céu, mas advém de uma formação pois a universidade não ser uma escola qualquer. Outra coisa para o qual pensa que as pessoas se devem mentalizar é que o Sector Privado para o Sector Público, não é somente um parceiro mas que um dos objectivo do sector público deve ser o desenvolvimento do Sector Privado. E que essa mentalidade tem que mudar hoje que o Estado está-se a desengajar de vários sectores da economia, pois dantes os Ministérios eram Ministérios de empresas mas agora têm que ser Ministérios para a promoção de empresas. Sobre o investimento público ser elevado, não sabe em relação a quê pois pensa que o país ainda é bastante carente em infraestruturas, está sim de acordo que se trabalhe no sentido dos investimentos serem melhor aplicados. Sobre a alternativa de se deixar o Sector Informal abastecer a economia, pergunta se não haverá custo pago pela economia ao adoptar essa opção.

Sr. Morais Santos usou em seguida da palavra para se referir ao Código de Investimentos dizendo que talvez não seja necessário a sua revisão, mas que **pensa ser necessário outras formas de isenção, sobretudo em termos de isenções aduaneiras**. Questiona se se faz o seguimento das empresas que recebem isenção por parte do GAI, pois há exemplo de empresas que vem, recebem isenção e passados pouco tempo depois todo o equipamento isento é vendido. **Se o GAI não tem capacidade para fazer o seguimento das empresas que recebem isenção sugere que seja encontrado outras formas alternativas de incentivos que não sejam as isenções aduaneiras logo a entrada dos equipamentos**. Segundo ele, essa forma de incentivo traz os tais problemas atrás referidos, entre o operador económico que beneficia da isenção o GAI que concede e as Alfândegas e as Contribuições e Impostos, já que neste dois últimos

organismos os responsáveis que lá estão lutam pela maximização das receitas e por vezes fazem o seu julgamento sobre a pertinência ou não de se conceder algumas isenções. As vezes a divergência é na própria definição no código do que é que são matérias primas. Deu exemplo da importação de cerveja a granel para embalagem no país e a importação da cerveja engarrafada como caso dessa ambiguidade. Pensa também que a forma como se pensou financiar o GAI, através de parte das isenções concedidas é de certa forma contraditória com a própria filosofia de análise restrita e rigorosa dos projectos que devem ser isentados.

Passando as respostas o Sr. Paulo Gomis, informou que no que respeita as isenções aos projectos públicos já questionou várias vezes o que é que a isenção que é concedida aos projeetos públicos podem trazer para melhoria da gestão dos mesmos projectos. Entende que para os projectos privados deve haver isenção previstas no quadro do Código de Investimentos. Acha que relativamente aos projectos públicos as isenções fazem perder muito dinheiro ao estado, por isso entende que as isenções deveriam ser reduzidas ao mínimo nos projectos públicos, sobretudo quando se sabe que a maioria dos projectos públicos não deram o mínimo de resultado. Sobre a questão da alternativa entre o abastecimento do mercado pelo Sector Informal ou através de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial ao sector formal, tomando em conta que nos últimos dois anos, quase não se mexeu no dinheiro posto a disposição pelo Banco Mundial e ASDI para o apoio à Balança de Pagamentos e tendo em conta que mesmo assim o mercado ficou abastecido e que a inflação baixou. mesmo reconhecendo as fortes restrições em termos de política monetária, pode-se dizer que o estado pode deixar essa tarefa ao sector informal e canalizar os recursos destinados à Balança de Pagamentos para apoiar concretamente os investimentos através das instituições financeiras. Em última análise seria desviar o dinheiro do consumo para o investimento o que de certa forma seria mais benéfica para o país.

Para responder o Sr. Simão Mendes, leu o artigo 29 da actual lei laboral sobre a transferência do trabalhador para outro local de trabalho, que diz que "O empregador não pode sem o consentimento do trabalhador" o que considera incorrecto, porque por razões de necessidade o empregador pode transferir um trabalhador para uma outra unidade. Sobre a questão dos trabalhadores estrangeiros pensa que não se pode defender os trabalhadores nacionais sem uma capacitação dos trabalhadores nacionais, já que há maior custo na utilização dos trabalhadores estrangeiros para as empresas que actuam no país e as empresas só recorrem a trabalhadores estrangeiros quando não

conseguem trabalhador qualificado no país. Deu o exemplo de marinheiros que se embarcam mesmo sem saber nadar o que segundo ele é um suicídio para o próprio marinheiro. Referiu-se ainda a falta de ética por parte do trabalhador nacional como sendo outra preocupação do empregador nacional ou estrangeiro, pensa que também há uma questão de cultura e de mentalidade que é preciso mudar.

Sobre a prioridade que se pretende dar a área social, saúde e educação, diz não concordar com isso pois se o cidadão com um emprego e tendo um salário tem capacidade para pagar os custos, quem quiser enviar o seu filho para a universidade deve pagar para isso, o estado tem é que se preocupar com a escolaridade de base e com a formação profissional por forma a incentivar o desenvolvimento do sector privado, hoje em dia não se consegue arranjar uma secretária dactilógrafa por exemplo. É de opinião que o CENFA (Centro de Formação Administrativa) deveria fechar porque formar por formar é frustrante para o cidadão, porque é frustrante ter um diploma e não poder tirar proveito dela. Acha que se deve dinamizar o CENFI para servir o sector industrial. Pensa que se abandonou o projecto das Escolas Técnicas da era colonial e não se conseguiu substituí-la por nenhum modelo que trazesse proveito para o país. É de opinião que a concessão e não a execução da formação profissional deve passar pelo Ministério do Trabalho, podendo a execução ser feita inclusive por entidades privadas, mas sempre com conhecimento do Ministério do Trabalho. Não está de acordo por exemplo que fundos da UE sejam utilizados por empresas estrangeiras sediadas no país sem conhecimento do Ministério do Trabalho. Deu exemplo de um pedido de formação puramente teórica que lhe foi submetido por um custo elevadíssimo que o Ministério não deu o seu aval por o considerar sem proveito para o país. Recomenda maior coordenação entre os Ministérios que intervêm na área da formação profissional ou que tenham necessidade da formação profissional. Acha que a mentalidade do empresário nacional que quer ser simultaneamente, patrão, trabalhador, contabilista, gestor etc., ou que então prefere a mão-de-obra familiar tem de acabar se queremos dinamizar o sector privado.

O Sr. Souleimane começou por responder a dúvida quanto ao sector industrial que merece o apoio da Célula de Promoção das Pequenas Empresas/Direcção Geral da Indústria e Energia. Disse que as prioridades são, a agro-indústria, materiais de construção, as pescas, e a área mecânica. Em relação a coordenação diz que houve tentativas de coordenação com a criação de um forum onde tomavam parte a indústria, o GAI, o Banco Totta & Açores, a Câmara de Comércio como representante do Sector

Privado e Ministério da Justiça, mas que nunca chegou a participar das reuniões. Diz que houve inclusive intervenções no sector das pescas pois das 15 microempresas 10% são do sector das pescas.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Ernesto Dabo, Director do GAI, para esclarecer a questão das isenções, dizendo que elas deveriam ser analisadas com mais frieza. Acha que no plano conceptual do código há incentivos a atribuir e que um desses incentivos são as isenções aduaneiras e reduções fiscais. Acontece porém que isso por vezes entra em contradição com o objectivo máximo das Alfândegas e as Contribuições e Impostos que é o de realizar receitas a qualquer preço, esquecendo que essa realização de receitas não pode ser visto só do ponto de vista monetário mas tem que se enquadrar num conceito muito mais amplo de realização de receitas. Diz que quando o GAI isenta uma unidade industrial, ou um promotor o faz com base em estudos que demonstram as contrapartidas que o investidor estrangeiro traz em termos de postos de trabalho, valorização dos recursos internos, para substituição das importações, que traduzidos em termos financeiros podem ser muito mais importantes para o país do que uns cinco ou dez milhões que as Alfândegas podem aparentemente perder com as isenções. Acha que a razão de ser de toda essa disputa entre as Alfândegas e o GAI é o handicap que o código tem de não ter um regulamento que permita a sua melhor aplicação. O que é importante porém reter segundo o Sr. Dabo, é que o país, a Guiné-Bissau, tem ainda pouco de bom para oferecer ao investidor, das poucas coisas boas que temos para atrair o investimento são as tais isenções previstas no código e se a pressão para as reduzir for forte, então não teremos mesmo nada para oferecer. Diz que está previsto nos estatutos do GAI a existência de um serviço de fiscalização e acompanhamento, mas que não existem porém recursos para o pôr a funcionar devidamente. Pensa que se deve renovar o projecto já pensado anteriormente, que é o de se transformar o GAI num Instituto de Promoção ao Investimento que passaria a ser uma porta de entrada para a coordenação do esforço na área do investimento. Pensa que as leis na Guiné-Bissau são feitas não para serem utilizadas mas para serem guardadas, pois pensa que se se implementasse só o que vem no estatuto do GAI e o que vem no Código chegaria para se resolver todo o problema.

Para terminar, o Sr. Embaixador John Blacken recapitulou algumas questões que foram postas e alguns comentários feitos. Começou por dizer que na mesa redonda falou-se da educação, do sector social e do desenvolvimento em geral. Disse que **a economia e a produção são os sectores chaves de todas as operações do Estado isso**

porque sem a produção o estado não terá dinheiro para aplicar nos sectores sociais. Por isso é que pensa que se deve expandir o sector privado e a economia e através dos impostos aumentar os rendimentos do Estado. Como fazer isso? A primeira coisa a ter em mente é a realidade do país que aqui foram postas por Wilson Cruz. Uma realidade por exemplo é o facto de não haver capital doméstico que possa ajudar a expandir a economia. Existe por exemplo mão-de-obra, mas ela é pouco qualificada. Há que pensar nessas realidades. Outra questão para o qual se deve atender é a dimensão do país. A Guine Bissau é um país pequeno, com poucos habitantes, de modos que qualquer investidor estrangeiro não é atraído a investir na Guiné-Bissau só para fornecer ao mercado interno, se vier é porque esta a pensar em exportar. Essas são algumas das realidades que devem ser tomadas em conta. Alguém perguntou o que era Capital de Risco. É preciso ver que todo o capital é de risco, porque trata-se de poupança de alguém ou de uma empresa para o qual se está a procura de um sítio aonde o colocar de forma lucrativa. De certa forma podemos comparar o dinheiro a um curso de água, pois o curso de água corre para sítios onde pode passar sem barreiras, da mesma forma que o dinheiro sempre corre em direcção a oportunidades de negócio que permitam maiores lucros. Por isso **deve-se criar condições para atracção de capitais e a primeira coisa que se deve considerar é que a atracção de capital estrangeiro é feita em concorrência**. Um investidor estrangeiro a primeira coisa que pensa ao pretender investir num país é será que conheço todas as condições deste país para poder aí aplicar o meu dinheiro? Se ele conhecer bem o país e poder balancear os riscos e as oportunidades ele estará disposto a investir nesse país. É preciso ver porém que existem muitos países no mundo querendo atrair capital. Os países de grande dimensão como por exemplo a Nigéria o investidor poderá contar somente com o mercado interno, mas no caso de um país pequeno há que contar com o mercado de exportação. Por isso, os países pequenos que queiram atrair investimento estrangeiro devem criar um comércio muito activo com os vizinhos e com o resto do mundo, é o caso por exemplo de Panamá, Singapura, Hong-Kong. Diz que Panamá por exemplo tem mais de 125 bancos e o país tem uns poucos milhões de habitantes. Mas por ter aberto todas as portas a livre circulação da moeda, permitiu o crescimento do negócio e transformou-se no centro de negócio para toda a América Latina. Criou zonas francas onde se importam mercadorias de Hong-Kong, da Asia, dos Estados Unidos, para montagem ou simplesmente ser armazenado para reexportação para os países vizinhos. Essa é uma estratégia que um pequeno país pode adoptar. Por exemplo o comércio fronteiriço na Guiné-Bissau é praticamente feito pelo sector informal, mas com uma boa mudança na política esse comércio pode ser formalizado e o país pode tirar maior

proveito desse comércio podendo até expandir-se. Outra questão que foi levantado é a atitude sobre o lucro e a atitude sobre o investimento. Numa economia de mercado o lucro é o objectivo principal e normal e pode ser considerado o sangue numa economia de mercado. Nesse tipo de economia deve haver lucro e ninguém deve ser discriminado ou marginalizado se pretende obter um lucro justo. Em alguns sectores há que aceitar essa mentalidade, e de certa forma já começa a ser feito. Outro aspecto que mereceu a sua atenção foi a falta de sensibilidade de algumas entidades para a questão do investimento estrangeiro, que muitas vezes é visto simplesmente como o regresso de novo de estrangeiros e não como algo de benéfico para o país, seja qual for o investidor. Por exemplo o simples facto de não se responder a um pedido de informação de um potencial investidor, o que é uma realidade no país, pode fazer um potencial investidor abandonar a sua intenção de investir no país. Um outro aspecto que preocupa os investidores é o nível dos impostos, se está a um nível proibitivo ou a um nível que permite o investidor obter algum rendimento. Outra questão que geralmente levantam tem a ver com a possibilidade de repatriação dos lucros. São estas questões que devem ser tomadas em conta quando se pretende atrair os investimentos estrangeiros. ara terminar, agradeceu a todos dizendo que a discussão foi muito útil para os participantes e para o país em geral.